



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA

Relatório das Metas e Bases para a Ação de Governo - Educação

Livros Grátis

<http://www.livrosgratis.com.br>

Milhares de livros grátis para download.

MEC / INEP
SIBE - CIBEC

MEC DAU CODEAC
QUIVO DE RECUPERAÇÃO DE INFORMAÇÕES

PROJETOS PRIORITÁRIOS

Elenco de Projetos

1. Operação-Escola
2. Programa Nacional de Ginásios Orientados para o Trabalho
3. Programa de Equipamento dos Centros Avançados e outros Estabelecimentos de Ensino Superior
4. Programa de Conclusão da Primeira Etapa do "Campus" dos Centros Avançados
5. Operação-Produtividade, no Ensino Superior
6. Programa de Implantação de Centros Regionais de Pós-Graduação
7. Novo Programa Nacional de Alfabetização de Adultos
8. Expansão do Programa Intensivo de Preparação de Mão-de-Obra
9. Programa de Implantação Progressiva do Tempo Integral no Magistério Superior
10. Plano de Carreira e Melhoria de Remuneração do Magistério Fundamental e Médio
11. Programa de Monitores
12. Treinamento de Professores para o Ensino Primário e Normal; Treinamento de Professores para o Ensino Médio
13. Programa de Livros Básicos em Áreas Prioritárias do Ensino Superior
14. e 15. Programa Integrado de Assistência ao Estudante; Mecanismo de Financiamento da Educação e Cultura

16. Integração Escola-Empresa-Governo
17. Televisão e Rádio Educativos
18. Dinamização do Programa de Escolas-Fazenda
19. Programa de Integração das Universidades nas Comunidades
20. Incentivo à implantação e Desenvolvimento das Carreiras de Curta Duração
21. Desenvolvimento da Educação Física e Desportos e Recreação
22. Projeto no âmbito da Cultura

E R R A T A

- Aperfeiçoamento e Treinamento de Professores para o Ensino Fundamental e Normal:
 - . na 10^a fôlha - (sub-projeto de Treinamento e habilitação de pessoal docente para o Ensino Normal e Primário e Equipes Técnicas para as Secretarias de Educação)
onde se lê: G\$ 1.003.533,00 - leia-se: G\$ 1.063.533,00.
 - . na 11^a fôlha - Recursos Financeiros do Projeto de Treinamento de Pessoal:
onde se lê: 15.841.190 - leia-se: 15.841.848
onde se lê: 7.908.260 - Leia-se: 8.844.385
- Treinamento e Aperfeiçoamento de Professores para o Ensino Médio
 - . 1^a fôlha, 3^a linha leia-se produtividade e não pordutividade.
 - . Em Objetivos financeiros, 25 linha leia-se estipulam e não estipulando
- Expansão do Programa Intensivo de Preparação de Mão-de-Obra
 - . 1^a fôlha, 8^a linha leia-se motivaram e não motivariam.
- Programa Integrado de Assistência ao Estudante
 - 3^a fôlha, no quadro de Distribuição de Bolsas leia-se .. 91.944 e não 81.649 e G\$ 20.024.978,40 e não G\$ 20.024.979,34.
- Dinamização do Programa Escola-Fazenda
 - . 1^a folha na 14^a linha leia-se Rurícola e não rurícola
- Integração das Universidades nas Comunidades
 - . 1^a fôlha, 5^a linha leia-se Obídos e não Olidos.

OPERAÇÃO ESCOLA

I - INTRODUÇÃO

Além da insuficiência da rede escolar existente, o ensino primário no Brasil apresenta condições de baixíssima produtividade. O custo do aluno aprovado corresponde a duas vezes e meia o custo, do aluno/ano. Torna-se então necessário, além da expansão da capacidade instalada, a racionalização do emprego do equipamento e material de ensino, o aperfeiçoamento dos professores, o ajustamento dos programas e currículos e a modificação dos sistemas de promoção. Tudo isso deverá ser feito considerando-se as características regionais desenvolvendo-se a assistência ao educando, desde a fase pré-escolar.

II - OBJETIVOS FÍSICOS E FINANCEIROS

O objetivo geral do Projeto Operação-Escola, conforme o que está contido nas "Metas e Bases", é atender integralmente, de forma progressiva e em prazo médio, a população de 7 a 14 anos, de sorte a atingir um mínimo de 80% até 1 973, na média educacional. Esse objetivo geral é perseguido em cada Unidade da Federação, segundo projeto especialmente elaborado com base em suas condições e possibilidades, através de:

A) Expansão quantitativa da rede de escolas para atender à demanda de matrícula não satisfeita, que se traduz por:

- construção, ampliação, reforma, recuperação e locação de salas de aula;
- equipamento e aparelhamento de salas de aula;
- manutenção de classes;
- seleção de pessoal docente, técnico-pedagógico e técnico-administrativo para as novas classes.

B) Melhoria qualitativa do sistema de ensino visando o aumento de sua produtividade, que se traduz por:

- qualificação de recursos humanos;
- melhoria dos critérios de promoção e aferição do rendimento escolar;

- reformulação de currículos e programas e elaboração de material didático;
- articulação efetiva entre séries e níveis de ensino.

Para a previsão do montante de recursos de Salário-Educação alocados a cada Unidade da Federação, utilizou o DEF a experiência do Plano Nacional de Educação. Os critérios para 1971 teve como objetivos:

- corrigir desequilíbrio sócio-econômico regionais;
- atender as Unidades da Federação na medida do seu esforço em favor da educação;
- expandir as oportunidades educacionais;
- melhorar a qualidade do ensino.

Os objetivos financeiros pretendidos pelas "Metas e Bases" no triênio 1970/73 é de Cr\$ 110 milhões, contribuição da União.

III - SITUAÇÃO ATUAL

Este projeto englobou no ano de 1971 dois projetos:

1. Operação-Escola (propriamente dita) - já existente.
2. Implantação e Implementação do Ensino Fundamental- o projeto surgiu da necessidade de se implantar a nova lei de Ensino de 1º e 2º graus, mas, possui objetivos semelhantes aos da Operação-Escola.

1. Operação-Escola

As metas físicas pretendidas para 1971 (síntese dos projetos apresentados pelos Estados que já possuem convênios com o Ministério da Educação e Cultura), mas transferidas para 1972 foram:

<u>M E T A S</u>	Nº de Unidades
A - <u>Expansão quantitativa da rede</u>	
- Construção de salas de aula	1.549
- Ampliação, reforma e recuperação de prédios e salas de aula	2.979

<u>M E T A S</u>	Nº de Unidades
- Equipamento e aparelhamento de salas de aula	9.054
- Suplementação salarial para professores	12.537
B - <u>Melhoria qualitativa do ensino</u>	
- Treinamento e atualização de professores	12.546
- Treinamento e atualização de supervisores	476
- Atualização de diretores	360
- Construção de Centro de Treinamento de professores	1

Em 1 971, ampliou-se a área geográfica de atuação, passou-se a considerar o Estado como um todo, não limitando sua localização a determinados municípios como previa o Decreto original.

O que deveria ter sido implementado ao longo do ano de 1 971 teve que ser iniciado no final do ano, quando os recursos foram liberados. Esse adiamento afetou o cumprimento das metas quantitativas de expansão da rede e levou a uma reformulação das metas qualitativas.

Assim, até que se examinassem os planos de aplicação, fossem estes aprovados ou reformulados e assinados os respectivos convênios, chegou-se ao final do exercício e o que se pode fazer foi transferir para os Estados os recursos que o DEF acabava de receber, que representaram 45,13% do total. Não houve regularidade no repasse do Salário-Educação pelo INPS, que o recolhe. Após doze meses (de julho de 1 970 a junho de 1 971) sem proceder, qualquer transferência de recursos, avolumando uma dívida além de Cr\$ 200.000,000,00 (cota federal) com o MEC, o INPS pôde em julho de 1 971 reiniciar a transferência de cotas mensais, em consequência de nova legislação reguladora. Assim, houve atraso considerável em 1 971 na exe-

cução dos projetos custeados por esses recursos e suas metas foram definitivamente prejudicadas.

Os recursos financeiros para este projeto proveem do Salário-Educação e da contrapartida estadual. No ano de 1971 o montante programado provindo do Salário-Educação foi de Cr\$ 123.851.600,00 sendo, Cr\$ 78.851.600,00 de crédito suplementar. O atraso na liberação desses recursos prejudicou a execução do projeto. Apenas Cr\$ 55.900.000,00 foram liberados através de convênios.

2. Implantação e implementação do ensino Fundamental

Este projeto, embora não esteja na relação dos projetos prioritários, foi incluído junto à Operação-Escola, pois procura objetivos semelhantes.

Em 1971, tendo em vista a nova lei de educação que instituiu o ensino Fundamental, ou de 1º grau, o DEF destinou recursos para financiar iniciativas das Unidades da Federação que visassem ao preparo para implantação da nova lei.

O objetivo geral do projeto é perseguido em cada Unidade da Federação segundo suas condições e possibilidades específicas, envolvendo, entre outros, os seguintes aspectos:

- reestruturação técnica e administrativa das Secretarias de Educação e Conselho Estaduais de Educação;
- elaboração de Plano Estadual de Educação e preparo para sua implantação;
- extensão gradativa da escolarização na zona rural;
- integração dos ensinos primário e ginásial nas zonas urbanas;
- qualificação de recursos humanos, especialmente no que se refere à atualização face ao ensino fundamental.

RECURSOS PROGRAMADOS E LIBERADOS EM 1 971, SEGUNDO AS UNIDADES DA FEDERAÇÃO, ATRAVÉS DE CONVÊNIOS ASSINADOS

UNIDADES FEDERAÇÃO	RECURSOS DO FNDE - SALÁRIO EDUCAÇÃO	
	Programados	Liberados
AC	895.782,10	483.812,89
PA	1.613.367,70	1.171.381,05
AM	1.559.968,80	842.540,24
MA	1.151.977,00	622.183,83
PI	1.738.465,20	938.946,17
CE	1.348.173,00	728.149,19
RN	862.182,80	465.666,01
PB	867.882,60	468.744,50
PE	1.140.877,20	316.188,90
AL	1.168.176,60	630.933,19
SE	820.483,60	443.144,15
BA	1.403.071,90	757.800,14
MG	1.411.471,80	762.336,95
ES	1.306.773,90	705.789,60
RJ	1.409.371,80	761.202,74
GB	1.232.075,40	665.443,91
SP	1.771.764,60	956.930,07
PR	1.218.575,60	668.152,64
SC	1.133.677,30	612.299,11
RS	1.404.271,90	758.446,57
MT	1.753.464,90	947.046,36
GO	1.252.475,00	676.461,80
DF	1.535.669,30	829.414,99
T O T A I S	30.000.000,00	16.203.015,00

Os recursos financeiros destinados a este projeto são provenientes do Salário-Educação recebidos através do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação. (FNDE).

Inicialmente o projeto deveria receber Cr\$45.000.000,00, mas obteve um crédito suplementar de Cr\$ 5.000.000,00. Desse montante Cr\$ 16.203.015,00 foram liberados no 3º e 4º trimestres.

A execução da programação de 1 971 ficou prejudicada, tendo em vista a indefinição quanto ao recebimento pelo FNDE dos recursos da quota federal do Salário-Educação, e somente após o estabelecimento dessa sistemática pode o DEF tomar providências quanto à execução do projeto.

Então, partiu-se para o exame dos planos de aplicação. Foram estes, primeiro reformulados e/ou aprovados e, só, depois assinou-se os convênios com os Estados. Assim, no 4º trimestre o DEF liberou os recursos recebidos (30,57%) do FNDE , para as Unidades Federadas.

A síntese das Metas Físicas apresentadas pelas Unidades da Federação nos projetos dos convênios firmados é a seguinte:

M E T A S	Nº de Unidades
. Construção de salas de aula	111
. Construção de oficinas e laboratórios	42
. Ampliação, reforma e recuperação de prédios e salas de aula	123
. Equipamento e aparelhamento de salas de aula, oficinas e laboratórios	266
. Treinamento e atualização de professores	22.396
. Suplementação salarial para professores	312
. Melhoria do sistema de informação sobre educação	2

RECURSOS FINANCEIROS PROGRAMADOS E LIBERADOS PARA O PROJETO O-
PERAÇÃO ESCOLA NO ANO DE 1 971:

P R O J E T O	Programado Cr\$ 1,00	Liberado Cr\$ 1,00
Operação-Escola	123.851.600,00	55.900.000,00
Implantação e Implementação do Ensino Fundamental	50.000.000.00	16.203.015,00
T O T A L	173.815.600,00	72.103.015,00

PROGRAMA NACIONAL DE GINÁSIOS ORIENTADOS PARA O TRABALHO

I - INTRODUÇÃO

O projeto visa à expansão da rede escolar e à reformulação do Ensino Médio, melhorando sua produtividade através da implantação de uma rede nacional de Ginásios Polivalentes, que, além de proporcionarem educação geral, oferecerão orientação para o trabalho, através da sondagem de aptidões vocacionais.

II - OBJETIVOS FÍSICOS E FINANCEIROS

Conforme o que consta nas "Metas e Bases", o projeto já em execução desenvolver-se-á no período 1970/73, com a construção de 276 ginásios novos, instalação de 1.600 oficinas para práticas educativas e treinamento ou aperfeiçoamento de cerca de 25.000 professores.

A parte de construção de novos ginásios está sendo concentrada, numa primeira fase, nos Estados da Bahia, Espírito Santo, Minas Gerais e Rio Grande do Sul. Além desses, cada Unidade da Federação receberá um ginásio modelo. O projeto de transformação de ginásios tradicionais em polivalentes se estende por todo o território nacional.

O total de recursos já destinado ao programa alcança cerca de Cr\$ 253 milhões, dos quais Cr\$ 135 milhões de origem externa (AID). Com os recursos provenientes de um segundo empréstimo, já negociado, o montante destinado ao projeto deverá atingir cerca de Cr\$ 400 milhões no quadriênio, e permitirá a ampliação a outros Estados, progressivamente.

III - SITUAÇÃO ATUAL

O montante de recursos no ano de 1971, foi de Cr\$...
120.944.263,50 sendo:

FONTE DE RECURSOS	PROGRAMADO	LIBERADO	APLICADO
Tesouro Nacional	29.851.600,00	27.520.907,00	25.270.534,63
Estados	25.956.709,50	24.726.641,14	24.726.641,14
USAID	65.135.954,00	41.735.341,73	41.735.341,73
T O T A L	120.944.263,50	93.982.889,87	91.732.517,50

Este projeto está dividido em 3 sub-projetos:

- 1. Sub-Projeto de Construções.
- 2. Sub-Projeto de Equipamentos.
- 3. Sub-Projeto de Recursos Humanos.

1 - Sub-Projeto de Construção

Principais atividades realizadas em 1971:

- 49 GPS da 1ª Etapa: - concluídas 9 obras na Bahia, 8 em Minas Gerais, 2 no Espírito Santo e 10 no Rio Grande do Sul; as restantes 20 obras atingiram em média, 63% de sua execução.
- 66 GPS da 2ª Etapa: - iniciadas 61 obras que atingiram, em média, 34% de sua execução; já licitadas 3; ainda não licitadas 2 obras.
- 16 GP do Sub-Programa Nacional: iniciadas 10 obras; já licitadas 3; ainda não licitadas 3 obras.
- Elaboração de Projeto de Escola Fundamental e dos seguintes Projetos-Modelo: GP4,GP5, GP6,GP7,GP8 , GP9 e GP10.
- Realização do Encontro de Engenheiros responsáveis pelos Ginásios-Modelo do Subprograma Nacional, no

Rio de Janeiro/GB.

- Realização de 3 Encontros dos Gerentes de Construção dos Estados Participantes.
- Elaboração do Cronograma de Atividades da 3ª Etapa.
- Recursos aplicadas em 1971 (inclusive Consultoria de Arquitetura e Engenharia): Cr\$ 62.045.977,30.

2 - Sub-Projeto de Equipamento

Atividades desenvolvidas:

- Fiscalização e inspeção do material e equipamento, em linha de produção.
- Instalação e operação de depósitos temporários nas cidades do Rio de Janeiro, São Paulo e Curitiba para o equipamento destinado aos 49 Ginásios Polivalentes da 1ª etapa.
- Licitação e aquisição do material e equipamento necessários ao complemento dos Ginásios 1ª e 2ª Etapas (128 Ginásios)
- Planejamento, licitação e execução dos transportes do equipamento estocado nos Depósitos.
- Planejamento para instalação de Depósitos temporários e dos transportes do material destinado aos Ginásios da 3ª Etapa.
- Planejamento da licitação da 3ª Etapa.
- Elaboração do Cronograma de atividades da 3ª Etapa.
- Recursos aplicados em 1971: Cr\$ 11.560.775,05.

3 - Sub-Projeto de Recursos Humanos

Principais atividades realizadas:

- Conclusão do treinamento de 972 professores em cursos de curta duração para a 1ª etapa, sendo: 525 em Disciplinas Acadêmicas e 447 em Artes Práticas.
- Realização do Treinamento de 528 professores em cursos de reciclagem para a 1ª etapa, sendo: 437 em Disciplinas Acadêmicas, 52 em Educação Física e 39 em Educação Artística.
- Realização do treinamento de 354 elementos para o Corpo Técnico e Administrativo dos Ginásios da 1ª Etapa.
- Início do treinamento de 1920 professores, em Cursos de Curta Duração para a 2ª Etapa e Subprograma Nacional, sendo 1204 em Disciplinas Acadêmicas, 620 em Artes Práticas e 96 em Educação Física.
- Início do treinamento de 625 professores em cursos de Reciclagem para a 2ª Etapa, sendo 521 em Disciplinas, 18 em Artes Práticas e 86 em Educação Física.
- Início do treinamento de 498 elementos para o Corpo Técnico e Administrativo dos Ginásios da 2ª Etapa.
- Realização do III Encontro de Coordenadores de Cursos, em Belo Horizonte e do IV Encontro no Rio de Janeiro.
- Elaboração e execução da 1ª Etapa do Programa de Treinamento para pessoal ligado ao Sistema de Supervisão das Escolas Polivalentes (Subprojeto de Bolsas no Exterior).
- Licitação e aquisição de livros para as Agências de Treinamento.
- Elaboração da lista de livros para as Bibliotecas dos GPs e planejamento da aquisição desses livros

para a Biblioteca de 137 Ginásios, em articulação com o Instituto Nacional do Livro (INL).

- Elaboração do Cronograma de Atividades da 3ª Etapa.
- Recursos aplicados em 1971: Cr\$ 13.082.451,39.

Além das atividades desenvolvidas através dos subprojetos, podem ser citadas outras atividades:

- Seleção e aprovação de 58 municípios que deverão receber Ginásios Polivalentes na 3ª Etapa (14 na Bahia, 10 no Espírito Santo, 10 em Minas Gerais e 24 no Rio Grande do Sul).
- Elaboração do Cronograma Geral das Atividades da 3ª Etapa.
- Elaboração do Orçamento Plurianual de Investimento 1972/74.
- Elaboração de Fichas de Pesquisas Educacionais e Caracterização de Municípios.
- Planejamento de Reestruturação do órgão e participação na elaboração do Manual Técnico, decorrentes do Acordo MEC/USAID nº 512-L-081/71.
- Apresentação à USAID das primeiras condições prece-dentes previstas no Acordo nº 512-L-081/71.
- Elaboração das Especificações Educacionais para o Colégio Polivalente, em articulação com o DEM/MEC.

As dificuldades encontradas na execução foram:

- Falta de cabal cumprimento, pelos Estados e Prefeituras Municipais, de tôdas as obrigações assumidas nos convênios.
- Dificuldades em se atingir a quantidade de metas previstas no Programa, em decorrência da disparidade entre a elevação de preços e a variação da taxa cambial.

Dificuldade em compatibilizar os objetivos a serem alcançados pelo Programa, previstos em Acordo Internacional, com alguns aspectos da Administração Pública.

- A inexistência de um bom sistema de informações educacionais, capaz de fornecer todos os dados essenciais ao planejamento e à execução do Programa.

Como Providências recomendam-se:

- Entendimentos permanentes com as autoridades estaduais, a fim de que sejam cumpridas, cabalmente, todas as obrigações assumidas pelos Estados nos convênios firmados com o MEC.
- Estabelecimento de normas peculiares de alocação de recursos, de controle e de Prestação de Contas, a fim de melhor compatibilizar os objetivos a serem alcançados pelo Programa com alguns aspectos da Administração Pública.
- Implantação de um sistema de informações educacionais que forneça os dados essenciais ao planejamento e à execução do Programa.

No que diz respeito ao 2º Empréstimo MEC/USAID, assinado em 17 de junho de 1971, foi constituído um Grupo de Trabalho, pela portaria nº 596 de 04.10.71, que se encarregará de elaborar o Manual Técnico sobre Diretrizes e Requisitos para a Preparação de um Plano, previsto no segundo Empréstimo firmado entre o Governo Brasileiro e a Agência Internacional para o Desenvolvimento (AID), que se destina à Implantação de um Programa de Expansão e Melhoria do Ensino.

Este Grupo de Trabalho já se encontra na fase final de sua tarefa: O Manual Técnico já está elaborado e no momento está sendo analisado pelos Departamentos do MEC e pela USAID.

O Manual estando pronto, será encaminhado para os Estados para que estes elaborem o Plano Estadual de Educação. Estes passarão por uma análise e serão selecionados afim de receberem financiamento para implantação do Programa no âmbito estadual.

A liberação de Recursos só será feita quando forem preenchidas as exigências necessárias, contidas no Manual Técnico.

EQUIPAMENTO DOS CENTROS AVANÇADOS E OUTROS ESTABELECIMENTOS DE ENSINO SUPERIOR

I - INTRODUÇÃO

O aparelhamento com o equipamento técnico e científico dos estabelecimentos de Ensino Superior é uma das condições básicas para o aprimoramento do ensino e o aumento de rendimento do aprendizado.

Atualmente integram o programa dois projetos:

Projeto LESTE EUROPEU

O Projeto Leste Europeu destina-se à importação de equipamentos e materiais para ensino e pesquisas para Universidades e Escolas de Ensino Superior, mediante convênios assinados com o MEC e a República Democrática Alemã e República Popular da Hungria.

No momento, muitos estabelecimentos de ensino superior receberam equipamento básico para suas oficinas e laboratórios.

Projeto MEC/BID

O Projeto MEC/BID tem como finalidade a expansão e melhoramento do ensino superior, através de financiamento de obras, equipamentos e prestação de assistência técnica para as seguintes universidades: Universidade Federal do Rio de Janeiro, Universidade de São Paulo, Universidade de Brasília, Universidade Federal de Minas Gerais, Universidade Federal de Viçosa, Universidade Federal do Ceará, Universidade Federal de Pernambuco, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro e Universidade Federal da Bahia.

II - OBJETIVOS FÍSICOS E FINANCEIROS

De conformidade com as "Metas e Bases para Ação de Governo" deverão ser equipados os laboratórios e oficinas dos Centros Avançados e outros estabelecimentos de ensino superior do País, segundo critérios de prioridade definidos, para evitar duplicações e permitir a especialização regional, nas áreas de maior complexidade tecnológica.

Prevê-se, de acordo com as "Metas e Bases", o montante inicial de Cr\$ 280 milhões, equivalentes à importação realizada através de convênio pelo MEC, com a República Democrática Alemã e Hungria.

III - SITUAÇÃO DO PROJETO

Projeto Leste-Europeu

Os recursos financeiros necessários para a efetivação do projeto atingiram o montante de 60 milhões de dólares, assim distribuídos:

- 12 e 22 convênios com a República Democrática Alemã assinados respectivamente em 6.6.67 e 19.9.69: 20 milhões de dólares, cada um.
- 1º e 2º convênios com a Hungria, assinados respectivamente em 15.6.67 e 17.9.69: 10 milhões de dólares, cada um.

O projeto vinha sendo administrado na Secretaria Geral do Ministério da Educação e Cultura por um Grupo Técnico e um Grupo Tarefa, criados pelas portarias nº 52, de 23.05.70 e nº 73, de 02.07.70, respectivamente.

Em 29.03.71, pela Portaria nº 141-BSB, publicada no D.O. de 31.03.71, assumiu a Comissão Especial para Execução

do Plano de Melhoramento e expansão do Ensino Superior-CEPES a missão de administrar e coordenar esse projeto, tendo sido extintos os referidos Grupos de Trabalho.

Ao receber a incumbência de administrar o Projeto Leste Europeu, encontrou a CEPES como um dos problemas de maior gravidade, pendente de solução há mais de seis meses, o referente à sustação do embarque de equipamentos considerados inadequados pelo extinto Grupo Técnico, assim distribuído parte, já pertencente ao MEC, depositado no Porto de Hamburgo; parte nas fábricas, pronto para embarque; e parte, cuja fabricação se achava em fase tão adiantada, que não permitiria o cancelamento da encomenda.

O assunto foi enfrentado pela CEPES, havendo sido, após demorados estudos e entendimentos, autorizado o embarque e canceladas encomendas no valor de US\$RDA 727.534,46.

Certos tipos de equipamentos recebidos pelas Universidades ou Escolas são inadequados ao ensino e à pesquisa ou às necessidades ou possibilidades técnicas das mesmas, em virtude de falhas havidas na especificação, por ocasião das encomendas.

Como solução, optou a CEPES pelo remanejamento, com o objetivo de aproveitá-los integralmente, de acordo com as diretrizes da Reforma Universitária, inclusive equipando diversas entidades que não participaram dos convênios e nada haviam recebido.

Procedimento complexo exigiu alguns meses de intenso trabalho, uma vez que envolve diversos problemas:

- localização dos equipamentos, o que demandou exaustiva pesquisa na documentação volumosa, dispersa e incompleta, entregue à CAPES;
- estudos técnicos para fixação da verdadeira situação dos equipamentos considerados remanejáveis;

- entendimentos para a cessão desses equipamentos;
- análise, do ponto de vista técnico, acadêmico e econômico-financeiro, dos pedidos das Entidades interessadas em recebê-los;
- formalização da cessão e assinatura dos documentos próprios.

Foram elaboradas normas gerais para o processamento do remanejamento, e, ao mesmo tempo, resolvidos os casos mais prementes, havendo sido remanejados, até o momento, equipamentos no valor aproximado de US\$ 1.800.000,00, beneficiando onze Entidades.

A CEPES promoveu estudos e contatos no sentido de utilizar o saldo dos dois Convênios com a Alemanha Oriental, (US\$RDA 2.901.510,00) e do 1º Convênio com a Hungria (US\$RDA 553.111,88).

Estabelecidos os critérios para a colocação das encomendas, recebeu a CEPES instruções especiais do Senhor Ministro da Educação e Cultura para aplicá-los no Hospital do Fundão.

Uma vez definidas as necessidades da Universidade Federal do Rio de Janeiro, o restante dos saldos está sendo aproveitado de acordo com a programação anterior aprovada pelo Departamento de Assuntos Universitários.

Quanto ao 2º Convênio com a Hungria (US\$RPH 10.000.000) foram concluídos favoravelmente os estudos sobre sua viabilidade técnica, estando em curso providências para a especificação dos equipamentos e colocação das encomendas.

Todas essas atividades deverão estar terminadas no ano de 1972.

Projeto MEC/BID

O projeto iniciou-se em 6.12.67 com a assinatura do

contrato do Empréstimo nº 158-SF/BR, do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), no valor de 25 milhões de dólares e uma contrapartida local no valor equivalente a US\$ 25.742.406,00, com término previsto para 6.12.72.

Os recursos do BID são repassados às Universidades pela CEPES após a devida comprovação das despesas executadas nos diversos sub-projetos, verificada a aplicação da contrapartida local.

Os recursos necessários às despesas administrativas da CEPES, na administração do Programa MEC/BID, correm à conta do próprio projeto e são fornecidos pelas Universidades beneficiárias, em decorrência de convênios com elas assinados, cujo Plano de Aplicação é aprovado pelo DAU e homologado pelo Senhor Ministro.

A primeira das 43 prestações de amortização do Empréstimo foi paga em 30.11.71 e as demais vencerão semestralmente até 30.11.92, com juros de 2-1/2% ao ano, sobre o saldo devedor.

O projeto, no valor total de 50.560.247,37 milhões de dólares, conta no Sub-programa Equipamentos com 15.417 milhões de dólares.

Encontra-se atualmente, o referido sub-programa com 30,4% de avanço real, 24,8% empenhado para execução e 44,8 % sem comprometer,,

O prazo de desembolso do contrato de empréstimo, que terminava em 6 de junho de 1971, foi prorrogado até 6.12.72.

Isto justificou-se plenamente tendo em vista que o início do Programa MEC/BID coincidiu com a implantação da reforma, o que exigiu das Universidades uma reavaliação dos seus órgãos de planejamento e a reformulação da sua vida acadêmico-administrativa.

Graças às precauções tomadas pela CEPES, com a colaboração do Grupo de Supervisão do BID, o contrato de empréstimo, apesar de defasado na execução financeira inicialmente prevista, vem sendo cumprido com o melhor proveito para a expansão e aperfeiçoamento do ensino universitário brasileiro, atingindo, assim, os objetivos que norteiam a sua programação.

IV - DIFICULDADES ENCONTRADAS NA EXECUÇÃO

Projeto LESTE EUROPEU

A falta anterior de arquivos organizados, de registros financeiros atualizados, e de controle estatístico dos equipamentos, obrigou a CEPES, inicialmente, a implantar uma infra-estrutura técnica, administrativa e financeira para organizar esses serviços imprescindíveis à administração do projeto.

Projeto MEC/BID

Os sub-programas das Universidades Federal do Rio de Janeiro e de São Paulo sofreram atrasos na sua execução e foram os principais responsáveis pela prorrogação do prazo de desembolso de 6.6.71 até 6.12.72.

No caso da Universidade de São Paulo, a própria natureza do Subprograma - a aquisição de equipamentos - estava a exigir cautela redobrada para adequar a compra dos equipamentos às reais necessidades da Universidade. No da Universidade Federal do Rio de Janeiro, a CEPES e o Grupo de Supervisão do BID só puderam conseguir a lista geral de equipamentos, em 22.12.70. A inclusão do sub-programa da Universidade Federal do Rio de Janeiro no Plano de Obras Prioritárias (POP) deverá assegurar a conclusão das obras em setembro de 1972, data oficialmente marcada pelo Presidente da República. Com es-

ta iniciativa do Governo diretamente se beneficia o subprograma e, indiretamente, todo o Programa MEC/BID, porque as providências necessárias para o cumprimento do prazo estipulado estão sendo tomadas em regime de absoluta prioridade.

Apesar disso, a Universidade Federal do Rio de Janeiro, ainda tem que empenhar US\$ 2.000.000,00 em construções e especificar equipamentos para importação no montante de US\$ 4.500.000,00 o que representa esforço considerável, pois o prazo disponível é bastante curto.

V - CARACTERÍSTICAS DO PROJETO

"Com a implantação da Reforma Universitária, aumentou a necessidade de serem equipados os laboratórios das universidades, isto porque a Reforma prevê uma fase de estudos básicos denominada - 1º ciclos de estudos - em que será desenvolvido o estudo das Ciências básicas como Física, Biologia, Química, etc, cujo ensinamento, dentro dos princípios, modernos não pode ser realizado sob a forma livresca ou de mero adiestramento em experiências práticas arcaicas. É imprescindível fazer com que os conceitos teóricos sejam comprovados por uma série de experimentações que, além de demonstrá-los, sejam capazes de incutir na mente do aluno a curiosidade científica e, bem assim, incentivá-lo à criatividade. Isto só poderá ser conseguido por um íntimo contato do corpo docente com equipamentos instalados em número suficiente a garantir a produtividade desta importante parte da formação do universitário."

"Noutra ordem de prioridade os investimentos deverão ser dirigidos para duas áreas:

- laboratórios ligados aos cursos profissionais de graduação, que se situem nas áreas prioritárias (Educação, Saúde e Tecnologia);

- laboratórios avançados de pesquisa pertencentes aos Centros Regionais de Pós-Graduação,

No primeiro caso, avulta a necessidade de investimento ao se considerar que o ensino profissionalizante no País tem se notabilizado pela formação de indivíduos que necessitam complementá-lo com o exercício de pelo menos um ano de atividade profissional, após a graduação.

No segundo caso, "a necessidade de se constituírem centros de estudos e pesquisas avançados, onde, além de ensino de qualidade em alto nível, se estimule o espírito criador, o espírito de indagação e, principalmente, o encontro das soluções para os problemas que o País enfrenta na arrancada para o desenvolvimento.

Necessário é, pois, equipar os laboratórios dos Centros Regionais de Pós-Graduação, já que se constituem nas células básicas para a obtenção desta meta".

CONSTRUÇÃO NA PRIMEIRA ETAPA DOS "CAMPI" UNIVERSITÁRIOS

I - INTRODUÇÃO

Um dos objetivos fundamentais da Reforma Universitária é a racionalização da Universidade, visando a conferir-lhe maior produtividade e conseqüentemente integração no processo de desenvolvimento nacional.

Pressuposto dessa racionalização é a integração estrutural e funcional da Universidade, tendo por base o princípio de não duplicação dos meios para fins idênticos ou equivalentes, de modo a assegurar a plena utilização dos recursos empregados em sua manutenção e funcionamento. Outro aspecto importante de Reforma é a concentração dos estudos básicos, num sistema comum de unidade que serve a toda a Universidade.

A integração didático-científica que a Reforma preconiza pressupõe, necessariamente, a integração física num campus relativamente compacto, rigorosamente projetado em função da nova concepção da Universidade.

II - OBJETIVOS FÍSICOS E FINANCEIROS

Em face dos recursos orçamentários disponíveis, não seria possível empreender-se a construção simultânea e no mesmo grau de intensidade de 32 "campi" universitários, pois tantas são as universidades mantidas pela União.

Por isso, impõe-se uma política de construção por etapas, pela seleção de certo número de universidades prioritárias.

A escolha de tais universidades obedeceu a critérios

tais como desenvolvimento na implantação da reforma, planejamento dos respectivos "campi" e necessidades urgentes de instalações para funcionamento do 1º ciclo.

De acordo com as "Metas e Bases para a Ação de Governo" será executado o planejamento global e um esquema financeiro para a conclusão em curto prazo, das obras indispensáveis à implantação da 1ª etapa de 5 ou 6 Centros Avançados.

A determinação das prioridades não significa, contudo que as verbas consignadas no orçamento, para obras das universidades, sejam aplicadas apenas nas prioritárias, em detrimento do prosseguimento de obras das demais universidades.

O que se pretende é reforçar o programa de construção de campi das universidades escolhidas, com vistas a acelerar sua conclusão, principalmente no que respeita ao sistema comum de unidades do ensino e pesquisa básica, peça essencial da Reforma Universitária.

Nas "Metas e Bases para Ação do Governo" a conclusão da primeira etapa do Projeto Fundação - construção do "campus" da Universidade Federal do Rio de Janeiro - constitui o marco inicial do programa.

Prevê-se, no plano já aprovado, que estejam em funcionamento no Fundão as seguintes unidades até 1972: Centro de Tecnologia, Centro de Ciências Biomédicas, Centro de Ciências Matemáticas, e da Natureza, Escola de Educação Física e Desportos e Hospital Universitário.

As "Metas e Bases" prevê para a primeira etapa do Projeto Fundação o dispêndio de cerca de Cr\$ 250 milhões, cujo total já foi atualizado para Cr\$ 325,36 milhões.

III - SITUAÇÃO ATUAL

Foram selecionadas inicialmente, além da Universidade

Federal do Rio de Janeiro, em primeira prioridade 5 outras Universidades: Universidade Federal da Paraíba, Universidade Federal de Minas Gerais, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Universidade de Brasília e Universidade do Pará.

Em 1971, do programa total de G\$ 107 milhões para obras equipamento e material permanente foram destinadas às referidas universidades o total de 32.786.794, conforme quadro a baixo.

UNIVERSIDADES	Obras Públicas	Equip. e Instal.	Material perman.	TOTAL
Fund. Univ. de Brasília	4394070	1810000	900000	7104070
Univ.Fed.Pará	4965740	1653000	1000000	7618740
Univ.Fed. Paraíba	2240944	1321000	460000	4021944
Univ.Fed.R.G.Sul	4470314	105 5600	1181453	6707267
Univ.Fed.Minas Gerais	5012990	1277331	1044452	7334773
T O T A L	21084058	7116931	4585905	32786794

Pode-se salientar que a Universidade de Brasília recebeu, como complementação de créditos, G\$ 5 milhões, destinados ao computador eletrônico; e a Universidade do Rio Grande do Sul, G\$ 11 milhões de complementação de crédito para o Hospital das Clínicas.

Nos quadros seguintes pode-se avaliar a situação atual da universidade Federal do Rio de Janeiro, seu progresso nos sub-programas de construção e equipamentos bem como os recursos necessários e as inversões.

AVALIAÇÃO DO PROGRESSO

T I T U L O	PROJETO	AVANÇO	
	m2	m2	%
Centro de Tec.-Edif.Escolar			
(1)	26.545	13.913,45	52,42
Centro de Cienc.Méd.-Instit.	58.108	17.610,00	30,30
Centro de Ciênc.Mat.e da Nat.	29.529	9.762,90	33,06
Esc.de Educ.Física e Desp.	18.584	6.626,80	35,65
Hospital Universitário	110.000	17.345,15	15,77
Outros	39.736	16.010,50	40,29
TOTAL DO PROJETO EM M2	282.502	81.268,80	28,76

Fonte: Relatório da Universidade Federal do Rio de Janeiro

(1) As obras do Centro de Tecnologia, em final de execução, são objetivos de licitações parciais.

De acordo com o quadro acima verifica-se que o projeto está com um avanço total de 28,76%. Entretanto, encontra-se parcialmente, mais avançado em algumas de suas áreas, por exemplo: Centro de Tecnologia - 52,42%

RECURSOS E INVESTIÇÕES

T I T U L O	CONSTRUÇÕES				EQUIPAMENTOS			
	RECURSOS NECESSÁRIOS		RECURSOS RECEBIDOS		RECURSOS NECESSÁRIOS		RECURSOS RECEBIDOS	
	Cr\$		Cr\$	%	Cr\$		Cr\$	%
Centro de Tecnologia-Edif. Escolar	21078000		12223099	57,99	13668000		4323154	31,63
Centro de Ciênc. Médica-Institutos	44965000		13468228	29,95	22230000		3591704	16,16
Centro de Ciênc. Mat. e da Natureza	19005000		6480284	34,10	9306000		3187497	34,25
Esc. de Educação Fís. e Desportos	12691000		4802222	37,84	981000		682113	69,53
Hospital Universitário	80434000		42825748	53,24	23520000		18766252	79,79
Outros	73942000		24001041	73,94	3546000		917815	25,88
T O T A L	252115000		103800622	41,17	73251000		31469535	42,96

Conclui-se pela análise do quadro que do total de recursos necessários, Cr\$ 325.366.000, 42,96% já foram recebidos no sub-programa Equipamentos e 41,17 no sub-programa Construções. Verifica-se no sub-programa Construções que em certas áreas, como o Centro de Tecnologia-Edifício Escolar, chegou-se a 57,99% e no sub-programa Equipamentos atingiu-se no Hospital Universitário 79,79%.

Mantido o atual ritmo de andamento das obras e servi-
em execução, e considerando as medidas que estão sendo to-
madas para a complementação do Plano, este deverá ficar concluí-
do no prazo fixado.

Pode-se salientar que os recursos para o referido pro-
jeto, além da dotação orçamentária, contam com fontes proveni-
entes de convênios com o MEC/BID, da Fundação Calouste Gulben-
kian de empréstimo do First National City Bank, e da Loteria
Esportiva (Escola de Educação Física). Entretanto, não está -
prevista ainda a origem dos recursos finais para a conclusão
da meta.

IV - CARACTERÍSTICAS DO PROJETO

O princípio de concentração determina que cada depar-
tamento concentre todos os recursos humanos e materiais relati-
vos à mesma área de conhecimentos, criando condições para que
as atividades docentes e de pesquisa se realizem no regime de
cooperação. Daí resulta o sistema de integração didática em
que o curso como unidade funcional, é o produto da atuação de
várias unidades estruturais - os departamentos.

Isto significa que o curso não poderá ser ministrado
exclusivamente no âmbito de uma só escola, como ocorria em nos-
sas tradicionais faculdades, porquanto várias de suas discipli-
nas pertencem a departamentos de outras unidades, onde o aluno
deverá obter seus créditos.

O funcionamento de tal sistema, em que a faculdade -
deixa de ser universo didático autônomo, encerrado em si mesmo,
que as unidades, complementares umas às outras, se encontrem
especialmente integradas. Não se poderia aplicar efi-
cazmente, por exemplo, o regime de créditos numa uni-
versidade constituída de escolas distantes umas das
outras, dispersas no complexo

urbano ou nas tradicionais cidades universitárias.

As necessidades do campus se tornam particularmente imperiosas, quando se trata do funcionamento do 1º ciclo e de todo o sistema básico.

Daí podemos dizer que não será possível a implantação da atual Reforma Universitária em todas as suas dimensões sem a existência de um campus integrado. É o campus racionalmente planejado que vai assegurar à Universidade condições para operar como um todo orgânico e integrado, e não como simples coleção de estabelecimentos funcionalmente autônomos. Consequentemente, a construção dos campus se torna um dos projetos prioritários para o Ensino Superior.

OPERAÇÃO PRODUTIVIDADE

I - INTRODUÇÃO

O Projeto decorre da exigência de racionalizar, em cada Universidade, as organizações acadêmico-didático e administrativas.

A área geográfica de influência do projeto é, em princípio, todo o país, atendendo-se, entretanto, no seu desenvolvimento, à necessidade de implantá-lo regionalmente e de forma gradativa, com experiências piloto.

O que se pretende com o presente projeto é obter maiores rendimentos dos vultosos recursos, especialmente financeiros, que o Governo Federal canaliza para o ensino superior, a par da melhoria da qualidade de ensino.

A Operação Produtividade exercerá seus efeitos principalmente nas áreas que levam à formação de mão obra qualificada para as áreas estratégicas do desenvolvimento.

II - OBJETIVOS FÍSICOS E FINANCEIROS

As "Metas e Bases para a Ação de Governo" previam, para 1970, atender pelo menos quatro Universidades Federais e estender sua área de ação para mais 10 universidades, no ano de 1971.

Estima-se, por outro lado, a aplicação de Cr\$ 20 milhões no período 1970/73.

III - SITUAÇÃO ATUAL

A implementação do projeto foi realizada na área

saúde nas universidades de Santa Maria, Minas Gerais, Paraíba e na Escola de Odontologia de Pernambuco no ano de 1970. Em 1971 foi também incluída a Escola Paulista de Medicina.

O custo do projeto, em 1971, foi de Cr\$ 2.000.000,00, assim distribuídos:

Universidade Federal da Paraíba	Cr\$ 632.000,00
Escola Paulista de Medicina	Cr\$ 388.600,00
Universidade Federal de Minas Gerais . .	Cr\$ 344.300,00
Faculdade de Odontologia de Pernambuco	Cr\$ 358.000,00
Universidade Federal de Santa Maria ..	Cr\$ 277.100,00

Cr\$2.000.000,00

Estes recursos foram repassados às Universidades pelo Ministério da Educação e Cultura através do Departamento de Assuntos Universitários.

IV - CARACTERÍSTICAS DO PROJETO

Os órgãos responsáveis pela execução do projeto são as Universidades, sob a coordenação do Departamento de Assuntos Universitários.

Estão, também, envolvidos no projeto o Ministério do Planejamento, por intermédio do CNRH do IPEA.

IMPLANTAÇÃO DE CURSOS DE PÓS-GRADUAÇÃO E DE CENTROS REGIONAIS DE PÓS-GRADUAÇÃO

I _ INTRODUÇÃO

"Na Universidade moderna a pós-graduação constitui, por assim dizer, a cúpula de estudos, o nível de cursos em que se desenvolve a pesquisa científica, onde se formam os quadros do magistério superior e se afirma a gratuidade criadora das mais altas formas da cultura universitária. Por isso mesmo, a implantação sistemática dos estudos pós-graduados torna-se condição básica para se transformar a universidade brasileira em centro de ciência, de cultura e tecnologia. Se o ensino superior, até bem pouco tempo, oferecia graus profissionais que podiam satisfazer os anseios da coletividade brasileira, hoje não mais desempenhará o seu papel, em face das exigências do desenvolvimento, se não for suplementado por uma estrutura de cursos de pós-graduação.

II - OBJETIVOS FÍSICOS E FINANCEIROS

De acordo com as "Metas e Bases" deverão ser selecionados, inicialmente, 4 a 5 Centros Regionais Federais, com o propósito de dotar, as Universidades selecionadas, de condições para manter um conjunto orgânico de cursos de pós-graduação em áreas prioritárias. Outros cursos de pós-graduação poderão funcionar em "centros de excelência" localizados em outras Universidades ou estabelecimentos isolados. De qualquer modo, evitar-se-á sempre a duplicação de esforços e a pulverização de recursos.

Pretendia-se em 1971, ter dimensionadas as necessidades do País em termos de mão-de-obra altamente especializada, e equacionada a forma de prepará-la em cursos de pós-graduação ministrados no Brasil. Simultaneamente, cuidar-se-ia da implantação dos primeiros Centros Regionais de Pós-Graduação. Os recursos necessários previstos para o período de 1970/73 são de Cr\$ 350 milhões.

III _ SITUAÇÃO ATUAL

Com o objetivo de efetivar a política nacional de pós-graduação, o Governo baixou o Decreto nº 67.350, de 5.10.70, definindo e instituindo cinco centros regionais. De acordo com o Decreto, entende-se por Centro Regional de Pós-Graduação o conjunto de cursos de pós-graduação, de Mestrado e Doutorado, credenciados pelo Conselho Federal de Educação, funcionando coordenada e organicamente, e correspondendo a determinada região do País. Foram criados os seguintes Centros: Norte-Nordeste, tendo como sede a Universidade Federal de Pernambuco; Centro-Leste com sede na Universidade do Rio de Janeiro; Centro-Oeste, com sede na Universidade Federal de Minas Gerais; Sul, com sede na Universidade Federal do Rio Grande do Sul; Estado de São Paulo, sede na Universidade de São Paulo.

Para a implantação do Programa de Centros Regionais de Pós-graduação, foi criado pelo Decreto uma comissão Nacional tendo como presidente o Diretor do Departamento de Assuntos Universitários e composta de um representante de cada um dos seguintes órgãos: Ministério do Planejamento, Conselho Federal de Educação, Conselho Nacional de Pesquisas, CAPES e FUNTEC, instalada em janeiro de 1971, baixou de imediato resoluções sobre o funcionamento dos Centros e levantamentos do estado atual da Pós-Graduação "stricto sensu",

Os Recursos Financeiros deste projeto, sob supervisão do Ministério do Planejamento e Coordenação Geral, para o ano de 1971, foram de Cr\$ 16 milhões, sendo Cr\$ 2.344.000,00 destinados ao Departamento de Assuntos Universitários e Cr\$ 13.656.000,00 CAPES, além de outros recursos provenientes de outros órgãos, BNDE/FUNTEC, CNPq, CAPES, que participam também deste projeto.

Tendo sido designados os coordenadores de cada Centro, o departamento de Assuntos Universitários distribuiu a verba destinada a instalação administrativa dos Centros e financiamento dos cursos.

Um grupo de trabalho foi constituído, no âmbito do Departamento de Assuntos Universitários, encarregado de elab

com a colaboração da USAID, um projeto de Financiamento dos Centros Regionais de Pós-Graduação, pelas portarias 559-BSB, de 10.09.71 e 591-BSB de 29.09.71 do Ministério da Educação e Cultura.

O referido Grupo procedeu a um levantamento dos cursos de Pós-Graduação existentes no país e verificou aqueles que eram já reconhecidos pelo Conselho Federal de Educação (apenas 19), e ou credenciados e Financiados pela CAPES, CNPq, e FUNTEC, entidades que participam das atividades de pós-graduação. Existem no total 308 cursos de pós-graduação, sendo 32 na região correspondente do Centro-Regional de Pós-graduação Norte-Nordeste, 41 na região correspondente ao Centro Regional Centro-Oeste, 84 no Sudeste, 115 em São Paulo e 36 no Sul.

Além disso, outras atividades foram realizadas pelo Grupo, tais como:

- visitar as cinco sedes dos Centros Regionais;
- preparar e expedir às Universidades, aos estabelecimentos de Ensino Superior e aos cursos de Pós-graduação propriamente ditos 4 conjuntos de questionários, estando no momento sendo analisados;
- fazer uma análise de custo de manutenção à base de uma amostra selecionada de processos de pedidos de credenciamento que já se encontram no DAU e no CFE;
- proceder ao levantamento das estatísticas brasileiras, que interessam ao assunto;
- fazer um levantamento cuidadoso da bibliografia brasileira sobre o tema pós-graduação.

A pós-graduação envolve várias entidades que trabalham nesse campo. Daí a razão de ser da Comissão Nacional dos Centros Regionais de Pós-Graduação, que tem como um dos objetivos a articulação dos esforços desenvolvidos por essas várias entidades.

CONSELHO FEDERAL DE EDUCAÇÃO

O credenciamento dos cursos é feito pelo Conselho Fe_

deral de Educação, sendo o processo preparado pelo DAU. Os nomes que compõem a Comissão Verificadora são indicados e aprovados pelo CFE.

Para facilitar a tarefa do órgão a que compete a decisão sobre o credenciamento, estão sendo elaborados fichas esclarecedoras que, além do mais, racionalizarão todo o processo.

Até o presente momento foram credenciados 12.
Há 74 pedidos de credenciamento em tramitação.

CAPES

Pioneira na Pós-Graduação, a CAPES dispõe, nessa matéria, de firme tradição de bons serviços, com a vantagem de ser o único órgão oficial que dela se ocupa exclusivamente, o que lhe assegura a eficiência quase sempre decorrente da especificidade de campo de ação.

As atividades finalísticas da CAPES se distribuem por três áreas específicas, a cargo da Assessoria de Programas:

- bolsas de estudo (no País e no Exterior);
- auxílios para cursos de Pós-Graduação;
- auxílios para cursos intensivos de curta duração, normalmente destinados a docentes universitários, e para reuniões didático-científicas em geral.

O programa de bolsas de estudos num total de Cr\$ 13.656.000,00 se desdobrou na concessão de 938 bolsas no País, 79 bolsas no Exterior e 34 auxílios individuais. No programa interuniversitário foram atendidos, no Subprograma Cursos Intensivos, 36 cursos e no Subprograma Reuniões - 26 projetos.

O programa de cursos de Pós-Graduação com Cr\$ 2 milhões de cruzeiros, e o programa de expansão de curso de aperfeiçoamento e especialização através da CAPES com Cr\$7 milhões foram realizados em conjunto.

A CAPES recebeu, de 121 instituições, pedidos de auxílios para cursos credenciados pelo CFE em vias de credenciamento mantidos por centros reconhecidos como de excelência pelo Conselho Nacional de Pesquisas, no valor de Cr\$

33.408.919,00. o vulto da demanda, em contraste com a exigui-

dade de recursos, tornou necessário a aplicação de critérios objetivos e homogeneizar os índices de atendimento, para corrigir a hipertrofia da demanda de certas regiões, tendo as diferentes áreas geo-educacionais sido atendidas na seguinte proporção: Nordeste - 46,87%, Centro-Este - 19,60%, Centro-Oeste 33,72% São Paulo - 30,95% e Sul - 33,10%.

IV - CARACTERÍSTICAS

Em 1965, a Pós-Graduação foi definida, pela primeira vez no Brasil, pelo Conselho Federal de Educação, no Parecer 977/65, que estabeleceu uma importante distinção entre a Pós-Graduação " lato sensu", abrangendo qualquer curso que exige , como requisito prévio de matrícula, a graduação correspondente, tais os de especialização, aperfeiçoamento e atualização, e a pós-graduação "stricto sensu", designando o ciclo de cursos regulares em seguimento à graduação e que visam a desenvolver e aprofundar a formação adquirida nos cursos de graduação e conduzem aos graus de mestre e doutor» E esta a categoria de cursos que constitui objeto do projeto,

A legislação da Reforma Universitária (Lei nº 5.540 , de 28.11.68), visando a garantir o alto nível, próprio à natureza da pós-graduação, instituiu o credenciamento de tais cursos, pelo CFE, sem o que os diplomas de mestre e doutor não terão validade nacional, *nem* gozarão das prerrogativas asseguradas por lei.

A Reforma Universitária, considerando que a existência cursos de pós-graduação é matéria de interesse nacional, na medida em que tais cursos são essenciais à expansão e aprimoramento do Ensino Superior e às necessidades da pesquisa científica e tecnológica, instituiu a Política Nacional de Pós-Graduação, através da criação dos Centros Regionais de Pós-Graduação, pelo Decreto nº 63=343, de 01.10.68.

A razão de ser dos Centros se deve ao Fato - de que as Universidades, na conjuntura atual, não dispõem de recursos humanos materiais que lhes permitam implantar, pelo menos a cursos pós-graduação, nas diferentes áreas do conhecimento,

nível correspondente à natureza e aos objetivos desses cur

Daí a necessidade de uma política da iniciativa do Governo Federal que coordene esforços e mobilize recursos.

O Centro não é a Universidade sede, mas o conjunto de cursos que funcionam sob coordenação comum. Todo Centro terá uma comissão constituída por um representante de cada Universidade ou instituição integrante do Centro, e um Coordenador designado pelo Diretor do Departamento de Assuntos Universitários, por indicação da universidade sede.

Com o projeto pretende-se assegurar os recursos necessários para se colocar em pleno funcionamento os cinco Centros Regionais de Pós-Graduação. Desde que os cursos integrantes dos centros, devem ser credenciados pelo CFE, a estratégia do Projeto compreende dois aspectos: desenvolver os cursos por ventura já credenciados; prover os cursos, em organização, dos meios materiais e humanos indispensáveis para que atinjam o nível de credenciamento.

A área geográfica de influência do Projeto cobre todo o País, porquanto as regiões a que correspondem os cinco Centros Regionais abrangem praticamente todos os Estados.

O critério da divisão regional se impunha em face da extensão territorial do País e da diversidade de áreas geoculturais e geo-econômicas, sem prejuízo do interrelacionamento dos Centros, prevendo o Decreto que entidades pertencentes a diferentes Centros poderão prestar serviços mútuos de colaboração para o funcionamento de cursos de pós-graduação.

O Projeto não significa que a pós-graduação fique restrita ao âmbito dos Centros Regionais. Qualquer instituição era obter o credenciamento de seu curso por seus próprios meios. Mas, os recursos governamentais só deverão ser aplicados em cursos integrantes dos Centros Regionais previstos neste Projeto.

MOVIMENTO BRASILEIRO DE ALFABATIZAÇÃO - MOBRAL

I - INTRODUÇÃO

O objetivo do projeto, definido nas "Metas e Bases" é aumentar rapidamente o atendimento dos Programas de Alfabetização existentes e mobilizar as comunidades para participarem da luta contra o analfabetismo.

A União, através do MOBRAL, estabeleceu a Política Nacional e coordena os esforços realizados nos diversos Estados pelos governos e pela comunidade, prestando assistência técnica e financeira.

II - OBJETIVOS FÍSICOS E FINANCEIROS

As "Metas e Bases para ação de Governo" tem como meta reduzir, entre 1970 e 1973, na faixa etária de 15 a 35 anos, o número de analfabetos de 7.000.000 para 3.500.000, num ritmo médio de 1,5 milhão de pessoas por ano.

Os recursos financeiros a serem utilizados no período 70/73, a preços de 1970, foram estimados em Cr\$ 110 milhões, provenientes do orçamento e da Loteria Esportiva.

III - SITUAÇÃO ATUAL

O MOBRAL, como órgão máximo da política de alfabetização de adultos, iniciou suas atividades com a assinatura de convênios com comissões municipais em setembro de 1970. A época não foi muito favorável porque a proximidade do final do ano obrigaria a interrupção dos cursos na época do Natal. Ainda, assim foram firmados convênios com 611 Comissões Municipais, matriculando, em todo o Brasil, 509.044 alunos. Desse total foram efetivamente alfabetizados cerca de 330 mil pessoas.

Em 1971, a partir de março, novos convênios foram **firmados** até outubro esses convênios abrangeram 3.385 municípios prevendo a matrícula de 2.490.336 alunos, conforme o anexo:

	1970	1971	Crescimento (%)	
Municípios convenientes	611	3 385	454,0 %	
Matrículas	509 044	2 490 336	389,2 %	

Fonte: MOBRAL

Admitindo-se que haja evasão, própria de programa de tal. natureza, podemos afirmar que em 1971 o MOBRAL alfabetirá mais de 1,6 milhão de pessoas, superando a missão fixada pelo atual go- verno nas suas "Metas e Bases".

O quadro abaixo apresenta a fonte e o montante de recur- sos utilizados pelo MOBRAL no exercício de 1971:

FONTE	Cr\$	%
Loteria Esportiva	52.000.000	63,11
Dec. Lei 1124/70	25.900.000	31,43
Orçamento da União	4.300.000	5,22
Outros	200.000	0,24
T O T A L	82.400.000	100,00

Fonte: MOBRAL

O volume de recursos supera também os valores estimados nas "Metas e Bases". De acordo com este documento seriam aplica- dos no triênio 70/73 Cr\$ 110 milhões, entretanto, somente no ano de 1971, o MOBRAL pode contar com Cr\$ 82,4 milhões, que, embora li- -itados diante das dimensões e impulso do Programa, podem conside- rar-se compatíveis com as metas do MOBRAL, devido aos baixos cus- tos por aluno, resultantes da descentralização administrativa.

IV - CARACTERÍSTICAS DO PROJETO

A faixa de idade considerada prioritária para a alfabeti-

zação é a 12 a 35 anos. Essa prioridade, contudo, não implica em qualquer discriminação contra os mais velhos, que são sempre aceitos quando procuram um curso do MOBRAL,

Para poder atacar, em grande escala, o problema da alfabetização de adolescentes e adultos, o MOBRAL adotou uma estrutura de ampla descentralização administrativa, dividindo-se em três níveis:

- o MOBRAL Central
- as Coordenações Estaduais
- as Comissões Municipais

Essa descentralização, que constitui a essência da Filosofia do MOBRAL, vem permitindo que o programa brasileiro de Alfabetização reúna as seguintes características:

- Viabilidade logística para a execução em grande escala, no que diz respeito ao recrutamento do espaço, alunos e professores.
- Baixíssimo custo por aluno, pela economia de despesas com espaço e administração.
- Ampla adesão das comunidades para os esforços da alfabetização.
- Minimização da burocracia (os funcionários pagos pelo MOBRAL em todo o país se limitam a pouco mais de uma centena).

Os cursos do MOBRAL, atualmente, têm cinco meses de duração. Nesse período os alunos aprendem a ler, interpretam a leitura, escrevem (e não apenas assinam o nome) recebem noções de aritmética e adquirem um início de semiquificação profissional. Os recursos de que o MOBRAL dispõe *não* são suficientes para se pensar na profissionalização do recém-alfabetizado. Contudo, as comissões Municipais procuram encaminhar os alunos que concluem os cursos do MOBRAL para os Centros de treinamento profissional existentes no local (SESI, SENAI, SENAC, Departamento Nacional de Mão-de-obra, PIPMO, etc).

Os gastos do MOBRAL Central com esses cursos são extremamente limitados. O material didático, composto-se de um livro de alfabetização, um caderno de exercícios de linguagem, um livro de matemática, o Manual do alfabetizador, um livro de semiquifica-

ção e cartazes plastificados para as aulas, custa apenas cerca de Cr\$ 2,83 por aluno. Adicionalmente, quatro livros de semi-qualificação são distribuídos no quinto mês do curso a um custo total de Cr\$ 2,50.

Além disso, o MOBRAL dispense nos convênios Cr\$ 18,00 por aluno, os quais se destinam ao pagamento de professores. Esses Cr\$ 18,00 são liberados em seis parcelas mensais, à razão de Cr\$ 3,00 por aluno matriculado. Se não houvesse evasão, o custo direto se limitaria a Cr\$ 23,33 por aluno efetivamente alfabetizado. Numa versão mais realista, admitindo-se uma evasão de 35% ao longo dos cursos, o custo por aluno efetivamente alfabetizado se elevaria a cerca de Cr\$ 29,70. A essa cifra deveriam ser acrescentados, aproximadamente, 10% de gastos administrativos do MOBRAL Central, totalizando Cr\$ 32,70.

Esse custo de alfabetização é dos mais baixos do mundo. Basta dizer que a UNESCO orça uma alfabetização entre 20 a 25 dólares. Graças a essa economicidade, o MOBRAL vem conseguindo, além dos convênios para alfabetização, desenvolver outros programas, tais como:

- o fornecimento de material de leitura continuada para os já alfabetizados pela distribuição do Jornal do MOBRAL, com uma tiragem quinzenal de dois milhões de exemplares.
- o desenvolvimento de um projeto piloto de educação integrada. Esse programa corresponde a de um curso primário supletivo, em versão compacta, para adolescentes e adultos, com um ano de duração na fase posterior aos cinco meses de alfabetização.

ESTADOS	1º PROJ. 1970		2º PROJETO 1971				TOTAL DE ALUNOS CONVENIA DOS EM 71	Nº DE MUNICÍPIOS ATENDIDOS EM 1971	MUNICÍPIOS		ALUNOS	MUNICÍPIOS		ALUNOS								
	MUN.	ALUNOS	CONV. ASSIN. 1º SEM.		CONV. ASSIN. 2º SEM.																	
			MUNIC.	ALUNOS	MUNIC.	ALUNOS																
ACRE	1	1417	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-								
AMAPÁ	1	3000	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-								
AMAZONAS	16	15225	35	20685	8	2600	23285	43	43	2118	2118	-	-	-								
PARÁ	4	1714	55	21025	12	6060	27085	67	67	197	197	1	1	2410								
RORAIMA	-	-	1	750	-	-	750	1	1	-	-	-	-	-								
SUB-TOTAL	22	21356	91	42460	20	8660	51120	111	111	2315	2315	10	10	2410								
MARANHÃO	40	31190	121	143043	6	11808	154851	122	122	1429	1429	64	64	16881								
PIAUI	24	12997	114	91139	91	100188	191327	114	114	1847	1847	42	42	8837								
CEARÁ	21	14927	126	115115	8	3206	118321	134	134	1309	1309	-	-	-								
RIO G. NORTE	17	5062	65	30306	110	49473	79779	114	114	500	500	37	37	5380								
PARAÍBA	25	9256	167	75585	171	198447	274032	171	171	1764	1764	112	112	21705								
PERNAMBUCO	18	16288	122	100889	69	87600	188489	151	151	1377	1377	98	98	31537								
ALAGOAS	14	11333	93	71484	94	78759	150243	94	94	1000	1000	90	90	40965								
SERGIPE	9	5824	66	20343	36	12548	32891	68	68	657	657	32	32	4194								
BAHIA	22	14812	205	101701	28	21755	123456	228	228	1532	1532	-	-	-								
SUB-TOTAL	190	121689	1079	749605	613	563784	1313389	1196	1196	11415	11415	475	475	129499								
ESP. SANTO	12	5128	38	23850	4	2240	26090	38	38	74	74	2	2	530								
MINAS GERAIS	81	65933	593	316946	54	24726	341672	634	634	2208	2208	215	215	52714								
R. DE JANEIRO	24	44471	63	70606	-	-	70606	63	63	969	969	15	15	6948								
GUANABARA	1	1596	-	-	1	4000	4000	1	1	-	-	-	-	-								
S. PAULO	110	128712	390	146661	233	78210	224871	505	505	4857	4857	118	118	27543								
SUB-TOTAL	228	245940	1084	558063	292	109176	667239	1241	1241	8108	8108	350	350	87735								
PARANÁ	58	27413	287	136648	81	40885	177533	291	291	2159	2159	48	48	15416								
STA CATARINA	19	1350	168	77569	20	5930	83499	183	183	2239	2239	-	-	-								
RIO G. SUL	60	36231	232	75488	119	43971	119459	232	232	3417	3417	19	19	1824								
SUB-TOTAL	137	77149	687	289705	220	90786	380491	706	706	7815	7815	67	67	17240								
MATO GROSSO	18	17350	43	20683	14	6631	27314	52	52	1500	1500	11	11	3117								
GOIÁS	15	9030	60	20016	20	5598	25614	76	76	549	549	18	18	2639								
BRASILIA	1	16500	1	12619	1	10050	22669	1	1	1900	1900	-	-	-								
RONDÔNIA	-	-	-	-	2	2500	2500	2	2	-	-	-	-	-								
SUB-TOTAL	34	42880	104	53318	37	24779	78097	131	131	3949	3949	29	29	5756								
T O T A L	611	509014	3045	1693151	1182	797185	2490336	3385	3385	33602	33602	931	931	242640								

(Neste quadro não estão incluídos todos os Convênios assinados no 2º semestre)

Fonte: MOBRAL

EXPANSÃO DO PROGRAMA INTENSIVO DE PREPARAÇÃO DE MÃO-DE-OBRA

I - INTRODUÇÃO

O surto desenvolvimentista que ora impulsiona o País exige adoção de inovações tecnológicas em todos os setores da economia, Daí a premente necessidade de preparação de mão-de-obra, adequando-a a estas inovações.

O êxito alcançado na formação de mão-de-obra para a indústria e a Reforma Administrativa do MEC, reunindo no Departamento de Ensino Médio as atribuições das antigas Diretorias do Ensino Agrícola, Industrial e Comercial, motivariam este projeto, cujos objetivos são:

- Especializar e aperfeiçoar pessoal dos 3 setores da Economia.
- Habilitar novos profissionais - treinando-os nas empresas, cooperativas, hospitais, etc - através de cursos intensivos nas escolas agrícolas, industriais e comerciais.

II - OBJETIVOS FÍSICOS E FINANCEIROS

"As Metas e Bases para Ação de Governo" definem este projeto para o período de 70/73 do seguinte modo:

Recursos financeiros a serem aplicados no quadriênio - cr\$ 64 milhões.

Recursos humanos a serem qualificados:

- setor primário - 40.000 trabalhadores rurais
- setor secundário - 450.000 profissionais

III - SITUAÇÃO ATUAL

Pretende-se mostrar, neste item, o que foi realizado pelo PIPMO, em 1971:

A) Número de treinados:

S E T O R	PREVISÃO	REALIZAÇÃO	%
Agrícola	33.000	19.820	60,06
Industrial	60.000	54.384	90,64
Comercial	25.000	29.998	119,99
T O T A L	118.000	104.202	88,30

Vemos que foi boa a percentagem de trabalho alcançado por setor, e bastante expressiva a percentagem total. O superavit da realização do setor industrial se explica pela grande tradição de trabalho do PIPMO.

B) Distribuição de treinados por Estados da Federação:

ESTADO	TREINADOS	ESTADO	TREINADOS	ESTADO	TREINADOS
SP	22.364	RS	9.509	MG	9.037
BA	8.400	PB	6.833	PE	6.562
CE	5.917	AL	5.543	ES	4.548
PI	2.830	AM	2.746	PR	2.688
RN	2.507	MA	2.360	PA	2.240
SC	2,172	GO	2.093	MT	1.837
DF	1.742	RJ	1.519	SE	755

c) Distribuição segundo as categorias profissionais

1. Gerentes Adm.Prof. nível superior	5.440
2. Prof. instrut. ens.técnico	1.081
3,, Aux. técnicos administr.	15.320
4. Técnico nível médio	5.007
5. Supervisores	12.093
6. Categorias diversas	12.251
7. Operários	53.010

Os recursos financeiros empregados no projeto foram da ordem de Cr\$ 216.845.181,53

IV - CARACTERÍSTICAS

Este projeto caracteriza-se, principalmente, por sua estruturação de acordo com os postulados de administração por objetivo. Seu órgão executor é o PIPMO, coordenado por um gerente geral pertencente ao Departamento de Ensino Médio.

IMPLANTAÇÃO PROGRESSIVA DOS DIFERENTES REGIMES DE TRABALHO NO MAGISTÉRIO SUPERIOR

I - INTRODUÇÃO

Partindo do princípio da indissolúvel associação das tarefas de ensino e de pesquisa, na Universidade, o Grupo Tarefa que estudou a Reforma Universitária justificou a necessidade do estabelecimento de um programa tendente a implantar, progressivamente, no ensino superior, o regime de trabalho docente, em tempo integral e dedicação exclusiva, amparado por con-dizentes condições de Remuneração. Como, entretanto, no momen-to, nem toda a rede de estabelecimentos oficiais de ensino su-perior ofereceu condições adequadas ao desenvolvimento da pes-quisa, admite-se, como etapa intermediária, a do estabelecimen-to de Regimes Especiais de Trabalho Docente - em 24 e 40 horas semanais, com ou sem dedicação exclusiva - destinados a, simul-taneamente, atender às necessidades do ensino, impostas pelos modernos processos pedagógicos, e estimular o gosto pelas ati-vidades de características exclusivas do magistério superior.

O Decreto nº 66.258/70 prevê a criação de dois novos sistemas ou melhor, regimes de trabalho no âmbito do Ensino U-niversitário: 24 horas semanais e Tempo Integral, com remunera-ção de 200% e 330% do vencimento básico, respectivamente. No caso de Dedicação Exclusiva por parte do docente de Tempo Inte-gral, a remuneração será de 400% do vencimento correspondente.

II - OBJETIVOS FÍSICOS E FINANCEIROS

A colocação dos professores nos diferentes regimes de trabalho obedece a determinados critérios, cuja aplicação -

cabe à Comissão Coordenadora do Regime de Tempo Integral de *Dedicação Exclusiva* (COMCRETIDE). Têm preferência os professores das áreas de Biomédicas, Tecnológica, de Ciências básicas e de Educação. No caso de tempo integral com dedicação exclusiva, exige-se a apresentação de planos de pesquisa aprovados pelo Departamento e que pertence o professor. O regime de 24 horas é concedido em função das necessidades do ensino de cada universidade.

De acordo com as "Metas e Bases para Ação do Governo" prevê-se para 1971 a concentração de 5.000 docentes em Regime de 24 horas e 4.000 em Regime de Tempo Integral.

O custo do projeto para o período 70/73 foi estimado em cerca de Cr\$ 500 milhões.

III - SITUAÇÃO ATUAL

De acordo com o quadro, temos a situação da "COMCRETIDE", no ano de 1971. Vale adiantar que neste ano foram assinados 98 convênios com 34 instituições de Ensino Superior, possibilitando a existência de 5.742 docentes em Regime de 24 horas e 3.209 em Regime de Tempo Integral e Dedicação Exclusiva.

REGIME	"Metas e Bases"	Realizado	Avanço (%)
24 horas	5.000	5.742	114,80%
40 horas e R E T I D E	4.000	3.209	84,20%
T O T A L	9.000	8.951	99,40%

Fonte: Relatório de 1971 do Departamento de Assuntos Universitários.

Conclue-se pela análise do quadro que os objetivos físicos fixados nas "Metas e Bases" foram alcançados e até superados em 14,9% no que toca ao Regime de 24 horas. O mesmo ainda não aconteceu com o Regime de Tempo Integral e Dedicção Exclusiva, cujo avanço foi até o presente momento de - 84,20% do programa. Deve-se isso à possibilidade que tem a Universidade de compensar, por exemplo, a desistência de um professor Titular em RETIDE por ingresso de 4 auxiliares de ensino, em Regime de 24 horas.

O quadro abaixo mostra o número total de docentes em Regime especial de Trabalho nas diversas categorias de ensino:

	TITULAR	ADJUNTO	ASSISTENTE	AUX.ENS.	TOTAL
RETIDE	554	327	822	1.192	2.895
40 horas	20	74	85	125	314
24 horas	S47	9S8	1.765	2.032	5.742
S O M A	1.531	1.399	2.672	3.349	8.951

Fonte: Relatório de 1971 do Departamento de A. Universitários

162.932.346,36.

Provieram Cr\$ 104.000.000,00 dos Encargos Gerais da União, sob a supervisão do Ministério do Planejamento e Coordenação Geral, acrescidos de saldos provenientes da não utilização total das verbas repassadas às Entidades Federais, no exercício anterior, e mais suplementação necessária para que a COMCRETIDE pudesse integralizar os compromissos . firmados Por convênios com as diversas Entidades.

IV - CARACTERÍSTICAS DO PROJETO

É a COMCRETIDE o órgão responsável pela coordenação do Projeto, sendo ela vinculada ao Departamento de Assuntos Universitários, por meio do qual chegam os recursos para o Programa.

Nas Universidades, as COPERTIDES representam o órgão coordenador do Projeto, encaminhando à COMCRETIDE os Planos Anuais respectivos.

Preparado o Plano Anual da Universidade, após consulta aos docentes e aprovação de suas pretensões pelos componentes dos Departamentos, este é analisado pela COMCRETIDE, que apresenta um Parecer específico, com apoio no qual é preparado um convênio assinado pela Universidade, pelo Ministério da Educação e Cultura e pelo Diretor do Departamento de Assuntos Universitários.

A Universidade paga o salário base, de 12 horas semanais, e a COMCRETIDE estipendia a suplementação de salário de seus docentes em regime especial de trabalho.

PLANO DE CARREIRA E MELHORIA DE REMUNERAÇÃO DO MAGISTÉRIO FUNDAMENTAL E MÉDIO NO SISTEMA PÚBLICO, PRIVADO E MUNICIPAL

I - INTRODUÇÃO

O ensino primário é, ainda, a única oportunidade de que dispõe a maioria dos brasileiros de incorporar-se ao sistema de educação formal.

Verifica-se, desse modo, a importância da tarefa atribuída ao professor primário, e a necessidade de dar-lhe condições condignas e salários justos. Valorizar a carreira do Magistério Primário, elevando seu padrão-sócio-econômico, conseqüentemente, obter-se-á um maior rendimento, no ensino.

Através do Decreto 66.254/70, a utilização para Educação da parcela de 20% do Fundo de Participação dos Estados e Municípios, ficou vinculada à observância de níveis mínimos de remuneração do magistério do 12 grau, pelos Estados e Municípios.

O Decreto-Lei nº 1.126, de 2.10.70 fixa os vencimentos básicos do pessoal docente do ensino de 22 grau federal.

II - OBJETIVOS FÍSICOS E FINANCEIROS

Os dois projetos, conforme o que está contido nas "Metas e Bases" visam à estruturação da carreira do Magistério fundamental e Médio e à fixação de uma política salarial justa e digna.

A implementação do projeto atingirá cerca de 500.000 professores e poderá utilizar recursos transferidos da União, > período 1970/73, no montante de Cr\$ 400 milhões.

III - SITUAÇÃO ATUAL

Este projeto não recebeu nenhum recurso financeiro transferido da União, embora as "Metas e Bases" afirmem que este possa receber suplementação de recursos.

O projeto só terá início no ano de 1972, quando um Grupo de Trabalho, criado pelo Decreto nº 67.332 de 2.10.70 começará trabalhar com o encargo de estudar e propor normas gerais que orientem os sistemas de ensino dos Poderes Públicos na estruturação das séries de classes ou carreiras do magistério do 1º e 2º graus, oficial e na reavaliação da retribuição dos professores que as integram. O Grupo de Trabalho deverá apresentar suas conclusões no prazo máximo de 120 (Cento e vinte) dias, contados da data em que for instalado.

Este Grupo está constituído pela portaria nº 765 de 22.12.71, com a participação de representantes do MEC, do Ministério do Planejamento e Coordenação Geral, do Departamento Administrativo do Pessoal Civil (DASP), do Conselho Federal de Educação, de três Secretarias de Educação e de um dos Conselhos Estaduais de Educação e começará seus trabalhos em fevereiro de 1972.

Observação: O início do projeto foi retardado em virtude da reformulação do Ensino dos 1º e 2º graus, estabelecida pela Lei nº 5.692, de 11.08.71, que traria, como o fez, grandes reflexos no Plano de Carreira do Magistério.

MONITORIA

I - INTRODUÇÃO

Um programa previsto pelo Artigo 41 e seu parágrafo único da Lei nº 5.540, de 28.11.68, estabelecido pelo Decreto nº 66.315 de 13.03.70, está sendo implementado como parte integrante da política de Implementação Progressiva dos Diferentes Regimes de Trabalho no Magistério Superior: a criação das Monitorias Estudantis.

Definido nas "Metas e Bases", o programa de implantação da monitoria e executado, primordialmente, nas áreas prioritárias da Saúde, na Tecnologia e da formação de professores de nível médio, estando sua elaboração a cargo da Comissão Permanente do Regime de Tempo Integral e Dedicação Exclusiva (COPERTIDE) de cada universidade ou federação de escolas, segundo os critérios fixados pela Comissão Coordenadora (COMCRETIDE), de cunho interministerial, em funcionamento junto ao MEC.

II - OBJETIVOS FÍSICOS E FINANCEIROS

O programa, de acordo com as "Metas e Bases para ação do Governo", objetiva a participação de estudantes auxiliando os membros do Magistério Superior em aulas, pesquisas e outras atividades escolares, como estímulo à ampliação do campo de recrutamento de futuros professores universitários, bem como ao maior aperfeiçoamento de sua formação profissional.

O volume de recursos financeiros a serem aplicados no projeto é da ordem de Cr\$ 25 milhões para o período 70/73. Entretanto, "As Metas e Bases" não definem os objetivos físicos a serem atingidos no mesmo período.

III _ SITUAÇÃO ATUAL

O programa que previa as funções exercidas pelo monitor, em magistério, estudo e pesquisa, foi modificado pelo decreto nº 68.771 , de 17.06.71 de 30 horas semanais com bolsa especial de 300,00, para 12 horas semanais e com bolsa especial de Cr\$ 250,00, no exercício de 1.971.

O referido projeto deveria ter sido posto em prática no ano de 1970, para o que foi consignado uma verba de cinco milhões de cruzeiros.

Não tendo sido aplicada a referida verba, foi possível recuperá-la, para o exercício de 1.971, devido a entendimentos havidos entre a Secretaria Geral do MEC e a congênere do MINIPLAN.

Parte da verba foi aplicada, correspondente a 2.460 monitores, em 5 meses no segundo semestre de 1 971, com despesa mensal de Cr\$ 650.000,00, perfazendo um total de Cr\$ 3.075.000,00.

Diante da premência de tempo, foi elaborado pela CONCRETIDE um plano de emergência, antes mesmo de receber as informações solicitadas aos estabelecimentos de ensino superior.

O critério adotado foi o número de matrículas correspondente às áreas prioritárias, bem como o número de docentes em RETIDE e Regime de 24 horas nas Universidades e Escolas Técnicas Federais Isoladas, admitindo-se uma espécie de gradiente na distribuição dos Monitores, reunidas as institui-
em 6 grupos, segundo a ordem decrescente de matrícula.

Grupo 1 -	6 universidades	- 160 monitores cada Universidade
Grupo 2 -	7 universidades	- 120 monitores cada Universidade
Grupo 3 -	5 universidades	- 30 monitores cada Universidade
Grupo 4 -	4 universidades	- 35 monitores cada Universidade
Grupo 5 -	5 universidades	- 18 monitores cada Universidade
Grupo 6 -	6 universidades	- 5 monitores cada Universidade.

APERFEIÇOAMENTO E TREINAMENTO DE PROFESSORES

PARA O ENSINO FUNDAMENTAL E NORMAL

I - INTRODUÇÃO

A falta de qualificação dos docentes é muito alta, excedendo a percentagem de leigos a 40% do total dos professores primários, ou seja, cerca de 148.000.

Além disso, é imprescindível o aperfeiçoamento dos professores titulados, principalmente tendo em vista a implantação das reformas programadas.

Portanto, este projeto visa à melhoria do padrão do ensino primário, qualificando os docentes e aperfeiçoando os professores já titulados.

II - OBJETIVOS FÍSICOS E FINANCEIROS

Os objetivos físicos são:

- titular, como Regentes de Ensino Primário, os professores leigos;
- treinar professores leigos, levando-os à conclusão do curso primário e ao ingresso no curso de preparação pedagógica;
- supervisionar, no período letivo, todos os professores não titulados cursistas;
- estabelecer critérios de seleção para a prestação de assistência técnica e/ou financeira, baseados em diagnósticos da situação educacional dos Estados de cada região, no que se refere à qualificação do magistério e à demanda de mão-de-obra docente e técnica.

- prestar assistência, focalizando o aperfeiçoamento de professores titulados e pessoal técnico e administrativo dos sistemas de ensino.

Este projeto de treinamento de professores para o Ensino Primário e Normal e mais o de professores para o Ensino Médio deve contar com Cr\$ 140 milhões durante o período 1970/73 , conforme o que consta nas "Metas e Bases".

III - SITUAÇÃO ATUAL

Este projeto de treinamento de professores, engloba na verdade vários projetos e atividades:

- Manutenção do Escritório da UNICEF (Atividade);
- Manutenção dos Centros de Treinamento e Aperfeiçoamento de Professores (Atividade);
- Expansão dos Centros de Treinamento e Aperfeiçoamento de Professores (Projeto);
- Treinamento, Aperfeiçoamento e Habilitação de Recursos humanos para o Ensino Fundamental (Atividade);
- Treinamento de Pessoal - está contido nos Projetos Especiais do DEF, orçamento do FNDE (Projeto).

Obs.: Só o último é que recebe recursos financeiros provenientes do Salário-Educação. Os outros recebem do Orçamento da União.

I - MANUTENÇÃO DO ESCRITÓRIO DA UNICEF

Esta atividade resulta do convênio MEC/UNICEF/UNESCO, que em 1970 foi executado pelo INEP, e, em 1971, nos termos da Reforma Administrativa do MEC, passou para a esfera do Departamento de Ensino Fundamental.

Ela tem como objetivo manter o escritório da UNICEF na Guanabara.

O objetivo do convênio é treinar e aperfeiçoar pessoal para o ensino primário e normal, principalmente equipes técnicas para as Secretarias de Educação, Escolas Normais e Centros de Treinamento de magistério, abrangendo sua atuação às áreas da SUDAN e SUDECO. A execução do convênio será da seguinte forma:

As atividades serão coordenadas, em âmbito federal, por um representante do MEC, assessorado em suas atribuições por um técnico da UNESCO, que também fornecerá colaboradores ocasionais sempre que se fizer necessário, assim como documentação. A UNICEF proporcionará, a título de contribuição, dentro dos limites dos fundos aprovados para o mesmo, os equipamentos, suprimentos, estipêndios e honorários necessários à execução satisfatória do empreendimento. O treinamento ficará a cargo dos Centros de Treinamento.

No que se refere à realização das atividades será o assunto objeto de "Sub-Projeto de Habilitação e Treinamento de Pessoal Docente para o Ensino Primário e Normal e de Equipes técnicas para as Secretarias de Educação" e "Sub-Projeto de Treinamento e Habilitação de Professores Primários e não Titulados".

Por parte do Departamento de Ensino Fundamental(DEF), foi programado e liberado Cr\$ 164.700,00 com a finalidade de manter o escritório da UNICEF.

2 - MANUTENÇÃO DOS CENTROS DE TREINAMENTO E APERFEIÇOAMENTO DE PROFESSORES

Os centros de Treinamento e Aperfeiçoamento de professores são em número de 11 e se dedicam à Ciência Experimental e às Artes Práticas.

O objetivo desta atividade é o DEF manter os Centros em Convênio com as Universidades e Secretarias de Educação.

Os objetivos dos Centros são:

- incrementar o ensino das áreas que lhe são afetas, bem como promover a sua atualização;
- fortalecer a presença da ciência no currículo do Ensino Fundamental;
- estudar e analisar planos curriculares para ciências, tendo como enfoque funcionalidade e relacionamento;
- estabelecer uma forma operacional para o trabalho de ciências que possibilite estimular os interesses individuais e sirva como divulgação científica para a comunidade;
- assistência às escolas e professores, sob a forma de elaboração de projetos para salas de laboratórios;
- empréstimo de material de demonstração a estabelecimentos.

No que diz respeito aos Recursos Financeiros foi programado Cr\$ 1.500.000,00 e liberado Cr\$ 1.073.959,76.

Com a verba de manutenção, os Centros realizaram as atividades que constam no Projeto de "Treinamento, Aperfeiçoamento e Habilitação de Decursos Humanos para o Ensino Fundamental". (parte C, do item 4).

3 - EXPANSÃO DOS CENTROS DE TREINAMENTO E APERFEIÇOAMENTO DE PROFESSORES

O trabalho desenvolvido pelos Centros de Treinamento e Aperfeiçoamento de Professores, criados pela Diretoria de Ensino Secundário em Convênio com Universidades e, ou Secretarias de Educação, tem sido de grande importância para a dinamização

do ensino nas áreas em que atuam, quer sejam áreas técnicas (Artes Industriais, Técnicas Comerciais, Biologia, Iniciação à Ciência, Geociências, etc), objetivando este Departamento, estender os benefícios daí decorrentes a Unidades da Federação ainda não atingidas pelo programa.

No momento, apenas nas Regiões Norte e Centro Oeste não existem Centros de Ciências, daí ter o DEF incluído em seu plano de trabalho, a criação de mais um Centro, tendo escolhido a Região Amazônica para localizá-lo. Já desenvolveu estudos preliminares para definir a Unidade da Federação que apresenta melhores condições para sua instalação.

O DEF objetivou ampliar o CETEAM (Centro de Treinamento da Amazônia) com a finalidade de prepará-lo para atender plenamente à formação de professores para o ensino de 1º grau, nas áreas das Artes Práticas.

No que diz respeito aos recursos financeiros foi programado Cr\$420.000,00 e só foi liberado, Cr\$ 230.000,00. Com a verba recebida está sendo construído e equipado no Centro da Amazônia um pavilhão de técnicas comerciais,

Não foi possível atingir a Região Centro Oeste devido a diminuição na verba.

4 - TREINAMENTO, APERFEIÇOAMENTO E HABILITAÇÃO DE RECURSOS HUMANOS PARA O ENSINO FUNDAMENTAL

Com esta atividade, o DEF programou, entre outras, Cursos, Estágios, Encontros, Seminários que seriam realizados no decorrer do ano de 1971, visando sobretudo divulgar o então ante-projeto da atual Lei 5.692.

A aplicação dos recursos foi programada para:

- complementar o compromisso com os cursos de Licenciatura parcelada (2ª etapa);

- financiar curso de Treinamento para Especialistas em Ensino de 1º e 2º graus, realizado pela Universidade de Brasília, formando técnicos das Secretarias de Educação e Universidades, para auxiliarem tais organismos nos trabalhos da Reforma do Ensino a ser implantada no País;
- cobrir despesas com estudos e levantamentos que visem estabelecer uma sistemática de planejamento, controle e avaliação de treinamento, a ser executada pelo DEF, a partir de 1972, quando todo o apoio e prioridade deve ser dado aos Estados em seus projetos de Treinamento e Aperfeiçoamento de pessoal Docente, Técnico e Administrativo para o Ensino Fundamental.

A dotação prevista era de Cr\$ 8.000.000,00 mas Cr\$... 5.215.200,00 foi para crédito suplementar da Secretaria Geral. Foram desenvolvidas 3 atividades:

- - Licenciatura Polivalente Parcelada

Esta atividade pretende melhorar a produtividade do ensino de 1º grau (isto é, antigo 1º ciclo médio), experimentar novas modalidades de habilitação e reduzir o número de professores não qualificados.

Deu-se continuidade aos convênios de Licenciatura polivalente Parcelada, programação iniciada pela Diretoria do Ensino Secundário, em 1970, e que deverá estender-se até 1973, uma vez que sua execução tem um período letivo especial, isto é, nas épocas de férias escolares (o treinamento é realizado em etapas), quando os professores não titulados vão à Universidade para obtenção dessa licenciatura de 1ª grau.

Os convênios foram assinados com as Universidades do Pará, Ceará, Paraíba e Brasília- mas outras Universidades, por sua própria conta, também implantaram cursos semelhantes.

Os cursos realizados atingiram as áreas de Letras, Estudos Sociais e Ciências:

Letras	231
Estudos sociais	305
Ciências	245
Total	781 participantes

- Curso de Especialização sobre Ensino de 1^o e 2^o Graus

Este curso visa preparar recursos humanos para a implantação do Ensino do 1^o e 2^o graus no País.

Foi firmado convênio entre o MEC/DEF e a Fundação universidade de Brasília, atividade que congregou representantes de todos os Estados e Territórios Brasileiros, enviados-pela seguintes entidades:

- Universidades Federais
- Secretarias de Educação Estaduais
- Superintendências de Desenvolvimento Regionais
- Secretaria Geral e Departamentos do MEC.

O curso teve a duração de 10 semanas com a participação de 91 representantes.

- Aperfeiçoamento de professores através dos Centros de Treinamento de Ciências e Artes Práticas

Os Centros de Treinamento são em número de 11 e desenvolveram as seguintes atividades:

- cursos de aperfeiçoamento em ciências, matemática, biologia, física, geometria plana;
- aperfeiçoamento para professores primários;
- licenciatura em Artes Práticas;
- licenciatura de professores para o PREMEX;
- cursos de férias ou: dissecação, biologia, organização de projetos para feiras e clubes de Ciências;

- estágios em: ciências, física, química, biologia;
- seminários de Ciências;
- reciclagem para professores licenciados em ciências e História Natural;
- feiras de Ciências.

Os 11 Centros, localizados, em diversos pontos de País, treinaram um total de 2.676 alunos, sem levar em consideração aqueles que foram licenciados para atender ao PREMEM.

5 - PROJETO DE TREINAMENTO DE PESSOAL

Este projeto é um dos 3 denominados Projetos Especiais, nomenclatura encontrada no orçamento do FNDE,

O projeto de Treinamento de Pessoal abrange:

- a programação do PAMP que vinha sendo desenvolvido desde 1963, em convênio com os Estados, Distrito Federal e Territórios e, pela primeira vez, em 1971, deixou de constar da proposta orçamentária do MEC com recursos específicos.
- a programação resultante do convênio MEC/UNICEF/UNESCO que vinha sendo executada pelo INEP e foi transferida para o DEF, em 1971, também sem dotação orçamentária específica.

Assim sendo, tanto a programação do PAMP, como a do Convênio MEC/UNICEF/UNESCO, foram anexadas aos Projetos Especiais, recebendo verba do FNDE, (Salário-Educação) sob designação de Treinamento de Pessoal.

O Projeto de Treinamento de Pessoal possui, portanto 2 sub-projetos:

- Sub-Projeto de Treinamento e Habilitação de professores primários não titulados (MEC/DEF/PAMP);
- Sub-Projeto de Treinamento e Habilitação de Pessoal docente para o Ensino Normal e Primário e de

Equipes técnicas para as Secretarias de Educação
(MEC/UNICEF/INEP)

- Sub-Projeto de Treinamento e Habilitação de professores primários não titulados

Este sub-projeto é de dimensão nacional. Há convênios entre o DEF e as Secretarias de Educação para a realização de cursos e supervisão de professores.

Este sub-projeto tem como objetivo melhorar a produtividade do ensino primário:

- treinamento de professores não titulados 18.000
- supervisionar professores 28.807
- supervisores em exercício 1.937

Estava programado G\$ 13.842.190,00, mas só foi liberado G\$ 6.844.727 e com atraso, pois, houve retardamento nos recursos do Salário-Educação. Desses recursos, Cr\$. 3.042.190,00 foram para suplementação salarial de supervisores e Cr\$ 3.802.537,00 para manutenção do treinamento.

As atividades deste sub-projeto sofreram os efeitos do retardamento e do corte dos recursos programados.

O treinamento de professores, devido ao corte dos recursos, foi obrigado a reformular o seu programa, em vez de pretender treinar 18.000, passou a planejar um treinamento para 8.762 professores.

Por outro lado, o treinamento previsto para os períodos de férias escolares, devido ao atraso na liberação, foi transferido para janeiro e fevereiro de 1972.

Com a verba liberada no 4º trimestre de 1971, supervisionou-se 28.807 professores e efetuou-se a complementação salarial de 1.937 supervisores.

O treinamento de professores não titulados, realizado em 1971, foi feito utilizando recursos financeiros de

orçamentos anteriores. Em janeiro e fevereiro de 1971 foram treinados cerca de 9.195 professores (isto é, os professores realizaram 1ª, 2ª ou 3ª etapa do curso). Em julho, -novos professores iniciaram o treinamento, enquanto aqueles outros cursavam a 2ª ou 3ª etapa do curso, já começado em janeiro e fevereiro, fazendo um total de 4.258.

A partir de 1972, a programação será completamente absorvida pelas Secretarias de Educação dos Estados, financiadas pelo DEF, através de recursos alocados ao Projeto nº 3 do Plano Setorial: Aperfeiçoamento e Treinamento de professores para o Ensino Fundamental.

- Sub-Projeto de Treinamento e Habilitação de Pessoal docente para o Ensino Normal e Primário e de Equipes Técnicas para as Secretarias de Educação.

Este sub-projeto resulta do convênio MEC/UNICEF/.. UNESCO, tem âmbito nacional, concentrando-se em Goiás e Amazonas .

O objetivo é melhorar a produtividade e a eficiência do ensino primário e normal nas Unidades da Federação através do treinamento, especialização ou habilitação de pessoal para as equipes técnicas de Secretarias de Educação, Centros de Treinamento de Professores, Escolas Normais e ESCOLAS primárias em áreas carentes de professores titulares.

As atividades foram financiadas com recursos da UNICEF/UNESCO e do Salário-Educação como se segue:

FNDE/DEF.	G\$ 1.003.533,00
UNICEF/UNESCO.	G\$ 936.125,00
Total	G\$ 1.999.658,00

Foram oferecidas 5 modalidades de Curso, que tiveram uma duração média de 7 meses, atendendo a 706 bolsistas.

Como parte do Convênio e para auxiliar o Pessoal especializado e treinado, a UNICEF forneceu material e equipamento para Centros de Treinamento de Professores e Escolas Primária de Goiás, Amazonas, áreas de atendimento prioritário do projeto.

A programação para 1972 dependerá da reformulação e assinatura do 3º plano do Convênio original MEC/UNICEF/UNESCO.

Recursos Financeiros do Projeto de Treinamento de Pessoal

ATIVIDADE	Programado Cr\$ 1,00	Liberado Cr\$ 1,00
Suplementação salarial de supervisores	3.042.190*	3.042.190
Treinamento de professores não titulados	10.800.000*	3.802.537
Treinamento de professores titulados	1.063.533* 936.125**	1.063.533 936.125
T O T A L	15.341.190	7.908.260

* recursos do FNDE

** recursos da UNICEF/UNESCO

Os recursos financeiros programados e liberados para o Aperfeiçoamento e Treinamento de Professores para o Ensino Fundamental e Normal estão resumidas no seguinte quadro conforme o projeto ou atividade a que pertence:

PROJETO	Programado Cr\$ 1,00	Liberado Cn 1.00
1.Manutenção do Escritório da UNICEF	164.700,00*	164.700,00
2.Manutenção dos Centros de Treinamento e Aperfeiçoamento de Professores	1.500.000,00*	1.073.959.76
3.Expansão dos Centros de Treinamento e Aperfeiçoamento de Professores	420.000,00*	230.000,00
4.Treinamento, Aperfeiçoamento e Habilitação de recursos humanos para o ensino fundamental	3.000.000,00*	5.215.200,00
5.Treinamento de Pessoal	14.905.065,00**	6.972.135,00***
T O T A L	24.989.765,00	13.655.994,76

- * recursos do Tesouro Nacional
- ** recursos Salário-Educação
- *** atraso na liberação dos recursos, em virtude da falta de transferências ao MEC pelo INPS.

Resumo dos Objetivos alcançados em 1971

A T I V I D A D E S	UNIDADE	Quanti- dade
Manutenção dos Centros de treinamento e aperfeiçoamento de professores	Centro	11
Expansão dos Centros de Treinamento e aperfeiçoamento de professores	Centro	1
Treinamento em licenciatura Polivalente Parcelada	participante	781
Curso de Especialização sobre Ensino de 1 ^o e 2 ^o graus	participante	91
Treinamento em Ciências e Artes Práticas	participante	2676
Total de matrículas nas 1 ^a , 2 ^a , ou 3 ^a etapas dos cursos de treinamento para professores não titulados	Prof.não tit.	13453
Treinamento de professores para o ensino primário e normal	Prof.titulado	706
Supervisão de professores	Prof.supervisionados	28807
Complementação salarial de Supervisores em exercício	Supervisor	1937

Obs.: o treinamento atingiu um total de 17.707 professores, sem levar em consideração aqueles que foram treinados em cursos oferecidos ao PREMEM

TREINAMENTO E APERFEIÇOAMENTO DE PROFESSORES
PARA O ENSINO MÉDIO

I - INTRODUÇÃO

O atual estágio de desenvolvimento nacional força a adoção de cada setor da economia às inovações surgidas no processo tecnológico, para aumento da produtividade e melhoria da qualidade. Faz-se, pois, mister, não só aumentar a oferta de técnicos, como também capacitá-los ao trato do equipamento e das técnicas modernas.

Esses fatores, aliados ao grande número de docentes do ensino técnico, que não dispõem de capacitação adequada, tornam urgentes o treinamento, aperfeiçoamento e a especialização de professores para o ensino médio;

II - OBJETIVOS FÍSICOS E FINANCEIROS

"As Metas e Bases para Ação de Governo" não definem as metas Físicas para o ano de 1971, estipulando Cr\$ 140 milhões para seu orçamento *nesse* ano.

Todavia, o Departamento de Ensino Médio determinou alcançar, as seguintes metas:

- formar, especializar e aperfeiçoar docentes técnicos e pessoal de supervisão, tanto para atender à incorporação da mais moderna tecnologia ao ensino, como também para se assegurar a continuidade do processo de desenvolvimento a níveis das necessidades atuais;

- preparar docentes para disciplinas específicas, dirigentes especializados em formação profissional e pessoal de direção;
- aperfeiçoar pessoal para a elaboração de material de instrução, documentação, divulgação técnica e recursos audio-visuais;
- prestar assistência técnica às instituições com esses objetivos, existentes no país, e com elas - manter-câmbio;
- promover supervisão e acompanhamento de bolsistas de programas de treinamento e aperfeiçoamento no Brasil e no exterior.

III - SITUAÇÃO ATUAL

O CENAFOR, cuja função é formar, especializar e aperfeiçoar docentes, técnicos e pessoal de supervisão, para assegurar a continuidade do processo de desenvolvimento a níveis das necessidades atuais, realizou até 31.12.71 as seguintes atividades e cursos.

1. ATIVIDADES

- elaboração de diversos programas para cursos de ensino agrícola e industrial;
- prestação de assistência técnica a diversos órgãos;
- supervisão e coordenação dos Centros de Educação Técnica da Amazônia, Nordeste, Bahia, Brasília, Guanabara, Rio Grande do Sul, da Universidade do Trabalho de Minas Gerais;
- elaboração de séries metódicas de aprendizagem para a agricultura referentes à produção de algodão, cana de açúcar, produção de milho, de café e bovi-

nocultura;

- pesquisas, estudos, convênios, participações em grupos de trabalhos, em seminários, encontros, etc.

2. CURSOS

Á R E A S	Nº de cursos	Carga horária	Nº de participantes	Nº de concludentes
Primária	26	1.687	853	555
Secundária	118	6.090	3.444	3.200
Terciária	16	805	954	899
Geral	16	1.020	564	512
T O T A L	176	10.602	5.815	5.166

PROVENIENTES DE OUTROS ESTADOS DA FEDERAÇÃO

ESTADOS	Rio Grande Sul	Santa Catarina	Paraná	Guanabara	Minas Gerais	Mato Grosso	Goiás	Brasília (DF)	Rio de Janeiro	Espírito Santo	Bahia	Sergipe	Alagoas	Paraíba	Pernambuco	Rio Grande Norte	Ceará	Piauí	Maranhão	Pará	Amazonas	Acre	Territórios	Total
ÁREAS ECONÔMICAS																								
FORMAÇÃO																								
Agrícola																								
Industrial																								
Comercial	1		3	1	1						1													6
Geral				10				2							1									14
Total	1		3	11	1			2			1				1									20
ESPECIALIZAÇÃO																								
Agrícola	3	8	9	4	5	1	2	5	5	3	1	1	1	1	4	1	1	1	1	3	1			61
Industrial					1		1		1	1	1				2		1		1	1				10
Comercial																								
Geral																								
Total	3	8	9	4	6	1	3	5	6	4	2	1	1	1	6	1	2	1	2	4	1			71
APERFEIÇOAMENTO																								
Agrícola	7	4	6	11	22	1	4	9	5	19	5	3	3	1	1	15	1	3	1	1	2			121
Industrial	32	8	46	68	53	6	6	6	21	13	21	8	5	5	6	24	12	26	7	2	5	6		382
Comercial	15	1	9	25	11	3		4	5	1														74
Geral	9	1	2	19	8	1	1	13	2	1	2	1			3	1				1	1			66
Total	63	14	63	123	94	11	11	32	33	34	28	12	6	6	7	72	14	29	8	2	7	9	1	643
T.GERAL	67	22	75	138	101	12	14	39	39	38	31	13	7	7	8	49	15	31	9	4	11	10	1	734

PAISES ESTRANGEIROS: GUIANA (8); ARGENTINA (2); URUGUAI (2); VENEZUELA (2); GUATEMALA (1); MÉXICO (1).

CONCLUINTE DE CURSOS REALIZADOS DIRETAMENTE PELO CENAFOR EM DIFERENTES ESTADOS DA FEDERAÇÃO

ESTADOS	CEARÁ	GUANABARA	MINAS GERAIS	PARÁ	PARANÁ	RIO GRANDE DO SUL	RIO DE JANEIRO	SANTA CATARINA	SÃO PAULO	TOTAL
ÁREAS ECONÔMICAS										
FORMAÇÃO										
Agrícola									39	39
Industrial									649	649
Comercial						47			156	203
Geral									68	68
Total						47			912	959
ESPECIALIZAÇÃO										
Agrícola					8	8			319	335
Industrial		50				30			1.080	1.160
Geral									12	12
Total		50			8	38			1.411	1.507
APERFEIÇOAMENTO										
Agrícola							22		159	181
Industrial		19	21	17	101			21	1.212	1.391
Comercial		4				74	16	8	594	696
Geral	19	40	30			30		30	283	432
Total	19	63	51	17	101	104	38	59	2.248	2.700
TOTAL GERAL	19	113	51	17	109	189	38	59	4.571	5.166

PROGRAMA DE LIVROS BÁSICOS EM ÁREAS PRIORITÁRIAS DO
ENSINO SUPERIOR

I - INTRODUÇÃO

Tendo em vista o crescimento acentuado do número de matrículas nas Universidades e também o alto custo de elaboração dos livros, o Ministério da Educação e Cultura de acordo com o previsto nas "Metas e Bases para a Ação do Governo" se empenhou em dinamizar um programa destinado a reduzir o custo das obras essenciais ao ensino superior mediante colaboração financeira para a publicação desses livros.

2 - OBJETIVOS FÍSICOS E FINANCEIROS

O Programa prevê, através do regime de coedição, a publicação de livros básicos, para os cursos de graduação e pós-graduação, em áreas consideradas prioritárias para o desenvolvimento nacional: Medicina, Engenharia, e Áreas de Natureza Tecnológica, Economia e Administração.

Na primeira etapa do programa, serão selecionados de 10 a 20 livros, em cada área.

Quanto à recursos financeiros, as "Metas e Bases" não estimam o volume de recursos a ser aplicado.

3 - SITUAÇÃO ATUAL

Através do Art. 2º do Decreto nº 66.543 de 11 de maio de 1971 ficou constituída a "Comissão do Livro-Texto" do Ministério da Educação e Cultura junto ao Instituto Nacional do Livro com a incumbência de selecionar livros didáticos para o Ensino Superior e sugerir medidas que visem ao aperfeiçoamento do programa de colaboração financeira para a edição de Livro-Texto.

Usando das atribuições que lhe confere o art. 2º do Decreto 66 543 de 11/05/71, citado acima, o Excelentíssimo

Senhor Ministro da Educação e cultura resolveu nomear os membros da Comissão, conforme Portaria nº 666/BSB de 11 de novembro de 1 971.

O Programa está sob a coordenação e responsabilidade do Instituto Nacional do Livro e no ano de 1 971 foram realizados 4 (quatro) reuniões, quando foram examinadas principalmente:

- estrutura geral do programa e cronograma básico de execução;
- eliminação sumária das sugestões fora do âmbito do programa (fora das áreas prioritárias, livros em estoque);
- estudo do quadro geral de matérias e matrículas visando definir matérias prioritárias para o início do programa;
- regimento interno da Comissão;
- previsão, seguindo cronograma avaliado pela Comissão, de iniciar a fase de avaliação dos livros em janeiro de 1 972;
- término da catalogação do material fornecido pelas editoras e universidades por matérias a que se destinam.

Não existindo recursos previstos no orçamento da União para o exercício de 1971 para tal fim o Excelentíssimo Senhor Ministro da Educação e Cultura manteve entendimento com o Ministério do Planejamento que propôs submeter ao Excelentíssimo Senhor Presidente da República a liberação da importância de Cr\$ 10.000.000,00, mediante destaque da parcela de Cr\$ 4.000.000,00, dos recursos consignados no orçamento de 1 971 do Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT) e Cr\$ 6.000.000,00 do saldo não utilizado em 1 970 do Fundo de Desenvolvimento de Áreas estratégicas. A liberação daquele montante seria efetivada em duas parcelas, sendo Cr\$ 4.000.000,00 em 1 971 e Cr\$ 6.000.000,00 no decorrer de 1 972.

PROGRAMA INTEGRADO DE ASSISTÊNCIA AO ESTUDANTE

I - INTRODUÇÃO

O presente projeto atende à necessidade de se proporcionar ao estudante brasileiro, particularmente do carente de recursos financeiros, uma assistência que lhe permita iniciar e completar seus estudos, tendo em vista a produtividade do sistema e a sua abertura a um maior número de alunos. Em análise, o que se pretende é criar processos para integrar efetivamente o aluno carente de recursos financeiros à comunidade em que vive, identificando seus anseios e problemas e deles participando de modo a contribuir para sua solução.

II - OBJETIVOS FÍSICOS E FINANCEIROS

As "Metas e Bases para a Ação do Governo" não definem os objetivos físicos e financeiros a serem atingidos no período de 1971. Entretanto, procurou-se comparar o que foi realizado em relação com as metas alcançadas no ano de 1970.

III - SITUAÇÃO ATUAL

O projeto compreende vários programas:

- Programa de Alimentação Escolar;
- Programa de Material Escolar;
- Programa de Bolsas;
- Programa de Livro.

PROGRAMA DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR

O Programa de Alimentação Escolar esteve sob a respon-

sabilidade da Campanha Nacional de Alimentação Escolar (CNAE) que tem como objetivos proporcionar a assistência e educação alimentar.

O quadro a seguir apresenta os níveis atingidos de assistência escolar comparado com os do ano de 1970.

DISCRIMINAÇÃO	ASSISTÊNCIA ALIMENTAR		
	1 9 7 0	1 9 7 1	Crescimento(%)
Setores Regionais	222	272	122,5%
Municípios	3.385	3.415	1,0%
Escolas	93.273	96.235	3,1%
Alunos	10.416.847	11.107.774	6,6%
Refeições	1.187.358.240	1.299.984.122	
Dias atendimento/ ano escolar	114		2,6%

Fonte: CNAE

O quadro acima mostra que houve substancial acréscimo no número de alunos atendidos pela Campanha no ano de 1971, quando houve um acréscimo de 6,6%. O mesmo aconteceu com o número de refeições servidas que passou de 1,18 bilhão em 1970 para 1,29 bilhão em 1971 representando um aumento de 9,4%.

O quadro abaixo retrata os recursos aplicados pela CNAE nos anos de 1970 e 1971.

ORIGEM	RECURSOS FINANCEIROS		
	1 9 7 0	1 9 7 1	(%)
Federal	2.870.895,47	25.559.597,83	730,3%
Estadual	39.103.738,14	45.985.633,12	17,5%
Municipal	36.759.104,80	40.988.942,15	11,5%
Particular	12.272.202,40	17.085.411,08	39,2%
T O T A L	91.005.940,87	129.619.584,18	42,4%

Fonte: CNAE

lançamento de 31 publicações e entrada, em seus depósitos, de 27 tipos de matéria escolar diversos, além da execução de 1.249 etapas de projetos em andamento.

Até o final do ano foram concluídos 31 projetos, sendo 13 publicações e 18 de material escolar e executado 922 fases em andamento o que equivale, aproximadamente, a 67%, quanto às publicações e 117% quanto ao material escolar. Estes resultados são satisfatórios, considerada a complexidade dos encargos, dimensões do plano e perturbações decorrentes da transferência dos setores técnicos responsáveis pela editoração do centro da cidade para o subúrbio da Maria da Graça.

Quanto ao programa de fabricação própria de cadernos escolares, a meta foi superada em 11% devido a um melhor aproveitamento de equipamento existente.

Quanto às vendas da FENAME, as metas estabelecidas para o exercício de 1971 previam a comercialização de 87.779.200 unidades no valor de Cr\$ 12.000.000,00. Até novembro já haviam sido vendidos 43.511.183 unidades, no valor de Cr\$ 11.603.701,00 ou sejam 97% da previsão, em valor. Com a arrecadação do mês de dezembro espera-se a integralização da receita estimada, atingindo os 100% de execução.

	1 9 7 1 Realizado	1 9 7 1 Programado	(%)
Lançamentos FENAME			
Títulos	14	31	45
Exemplares	1.033.000	2.248.000	45
Material Escolar			
Tipos	18	27	60
Peças	11.072.000	29.072.000	41
Fabricação Própria			
Cadernos Escolares	13.334.090	12.000.000	111

Fonte: FENAME

Vale observar que a contrapartida do Governo Federal aumentou em 1971 quase 8 (oito) vezes mais em relação a 1970.

PROGRAMA DE BOLSAS

O Programa de Bolsas está sob a responsabilidade da Diretoria de Apoio ao Estudante (DAE) e, no ano de 1971, foram concedidas 81.649 bolsas.

O quadro abaixo mostra a distribuição das bolsas e seus valores para o ano de 1971.

BOLSAS	Nº	CONCEDIDO	(Cr\$)
1º e 2º ciclos		38.971	8.502.410,00
Órfãos		5.802	1.462.104,00
Filhos de ex-Combatentes		685	172.620,00
Renovadas		28.584	5.007.998,00
Nível Superior		1.713	1.349.386,40
Trabalho		10.295	3.000.000,00
Alimentação		5.894	530.460,00
T O T A L		81.649	20.024.979,34

Vale apontar que o programa de bolsas teve, em termos de recursos financeiros, um acréscimo acentuado no ano de 1971, quando foram aplicados Cr\$ 20.024.971,34 contra Cr\$ 10.419.096,94 em 1970.

PROGRAMA DE MATERIAL ESCOLAR

O Programa de Material Escolar está sob responsabilidade da Fundação Nacional de Material Escolar (FENAME), que objetiva a produzir e distribuir, pelo preço de custo, livros e material escolar.

De acordo com a programação, pretendia a FENAME ter, até o fim de 1971, 58 projetos editoriais concluídos, com o

LIVRO TEXTO

O Programa e a política do livro é conduzida pelo Instituto Nacional do Livro, que visa sobretudo, duas importantes metas:

- criar, no Brasil, um real mercado consumidor de livros, através do barateamento proporcionado pelo regime de coedições;
- contribuir para a democratização do ensino, através da constituição do fundo do livro didático, o qual soma recursos e esforços do MEC e dos governos estaduais.

Ao perseguir estas duas metas, o INL procurou dinamizar todos os seus setores, inclusive procurando instalar uma mentalidade empresarial na venda de suas publicações, através da rede livreira do País, como também colocando nos postos de venda da FENAME suas publicações e coedições.

O Programa de coedição do livro literário em 1971 apresentou um crescimento de cerca de 90% em relação ao de 1970. Foram coeditados 198 títulos com 46 diferentes editores. O investimento do INL nesse programa foi de Cr\$ 2.344.350,00. Tais contratos representaram, no exercício de 1971, 1.454.000 exemplares, dos quais 595.300 exemplares para distribuição a bibliotecas registradas no INL e 858.720, comercializados pelas editoras, ao preço médio de Cr\$ 3,93 para o Instituto e Cr\$ 5,50 para o público. Vale observar que, em 1970, no início do programa de coedição, portanto, o INL conseguiu baixar o preço médio do livro Cr\$ 7,20 para Cr\$ 5,50.

Em relação ao programa de coedição do livro didático para o Ensino Fundamental foram feitos 114 contratos de coedição com 21 editoras, com uma tiragem total de 9.719.650. Deste total, 7.057.637 serão distribuídos às Secretarias de

Educação e 2.662.013 comercializados pelas editoras.

Além dos programas de coedição, o INL procurou aumentar a rede de bibliotecas e salas de leituras no Brasil, apoiando decisivamente as bibliotecas das 137 escolas polivalentes do PREMEM com a doação de cerca de 150.000 volumes.

Quanto ao Fundo Nacional do Livro Didático, já foram assinados termos Aditivos com vários Estados nos seguintes valores:

- Pernambuco	G\$	200.000,00
- Pará	G\$	28.742,35
- Rio Grande do Norte	Cri	24.867,81
- Santa Catarina	G\$	50.000,00
- Maranhão	Cr\$	200.000,00
- Paraíba	G\$	50.000,00
- Mato Grosso	G\$	17.490,00
- Sergipe	G\$	12.297,37
- Espírito Santo	G\$	152.962,30
- Amazonas	Cri	22.000,00
Total	G\$	758.359,83

MECANISMO DE FINANCIAMENTO PA EDUCAÇÃO E CULTURA

I - INTRODUÇÃO

O presente Projeto objetiva a criação de nova fonte de recursos para a expansão e melhoria do sistema educacional, pela eliminação progressiva da gratuidade indiscriminada no ensino superior e no ensino de 2º grau.

O projeto se justifica pela dificuldade em cogitar-se de qualquer acréscimo substancial de recursos orçamentários para a educação, tendo em vista já sua alta participação no Produto Interno Bruto do País.

Por outro lado, é grande a demanda por educação. Basta dizer que, em 1970, para uma população de 19.119.192 na faixa etária de 7 a 14 anos, achavam-se matriculados nos cursos primário e ginásial 16.299.168 alunos. Isto nos leva a concluir que cerca de 3 milhões de alunos necessitam ser atendidos.

Enquanto faltam vagas para muitos, também nos cursos de 2º grau, e no superior, há por outro lado uma gratuidade beneficiando, muitas vezes, quem dela não necessite.

II - OBJETIVOS FÍSICOS E FINANCEIROS

O documento "As Metas e Bases para a Ação de Governo " prevê a implantação de poderoso sistema financeira para a Educação que contaria no período 1970/73 com Cr\$ 500 milhões, oriundos de novas fontes (exclusive o salário-Educação).

III - SITUAÇÃO ATUAL

Visando atender o proposto pelas "Metas e Bases" o Mi-

nistério da Educação e Cultura elaborou um projeto de captação de novos recursos que tem as seguintes características básicas:

- criação de novas fontes de recursos para financiamento da educação, tendo em vista a sua democratização;
- o mecanismo a ser criado basear-se-á, primeiramente, na eliminação da gratuidade indiscriminada do ensino superior e, posteriormente, na do ensino médio, ou de 22 grau;
- um dos elementos principais desse mecanismo poderá ser a instituição do pagamento de contribuição, de acordo com o nível sócio-econômico do estudante ou de sua família, de modo que todos paguem conforme suas possibilidades. A contribuição exigida seria de doze salários mínimos regionais por ano, sendo assegurada ao estudante, ou seu responsável, a redução ou isenção do valor da mesma, com base em sua renda líquida no exercício anterior, adotando-se, como exemplo, a seguinte tabela:

Alíquota do imposto de renda progressivo		Redução
(Percentagem da renda líquida)		(em salários-mínimos)
até	5%.....	isento
	8%	11,4
	12%	10,8
	16%	9,8
	20%	8,4
	25%	6,5
	30%	3,8
mais de	30%	

Seria, nesse exemplo, assegurando um desconto, conforme tabela abaixo, ao estudante ou seu responsável que, pagando

até 25% de imposto de renda progressivo, tiver 2 ou mais dependentes.

Número de dependentes	Desconto %
2	15%
3	20%
4	30%
5	40%
5 ou mais	50%

- o valor do pagamento da contribuição seria, como já o é, reduzido da renda bruta na declaração de rendimentos para efeito de impôsto de renda;
- em caso de morte ou incapacidade do estudante, ficariam sem efeito a cobrança das cotas não vencidas , obedecendo a participação no ano seguinte às novas condições de família.
- os recursos a serem arrecadados se destinarão basicamente ao custeio:
 - da assistência ao educando;
 - da expansão do número de vagas.
- o responsável ou o estudante isento, total ou parcialmente, do pagamento, comprometer-se-ia a restituir o valor de seu débito com a escola, após determinado tempo, quando de sua integração à força de trabalho;
- um percentual dos recursos arrecadados poderá reverter em proveito imediato dos próprios estudantes. Esses recursos deverão ser administrados por um órgão periférico à universidade, de preferência uma fundação. Incentivar-se-ia a instalação de tais órgãos , podendo tomar-se como exemplo a Fundação Mendes Pimentel, ligada à UFMG;

- será cabível de estudo a viabilidade de o mecanismo ser vinculado a um programa de interiorização de profissionais pelo qual o recém-formado ou formado receberá contribuição quando se dispuser a estagiar ou morar, por determinado período de tempo, em municípios do interior, considerados prioritários, sob o aspecto da carência de profissionais.

O projeto, ora proposto, se aprovado pelo Exm^o senhor Presidente da República possibilitará a captação de, aproximadamente, Cr\$ 250 milhões de novos recursos por ano, que irão tornar possível a implementação de projetos de alta prioridade, como o de tempo integral do magistério e o da modernização institucional das universidades, assim como estabelecer um sistema de financiamento aos estudantes de nível médio e superior, para ampliar suas oportunidades educacionais.

Vale, ainda, ressaltar que, com a instituição do Decreto-Lei nº 594 de 27.05.69, que criou a Loteria Esportiva, foi possível canalizar para educação Cr\$ 238 milhões de novos recursos no período 70/71. Desse montante, Cr\$ 129 milhões já foram recebidos, restando Cr\$ 109 milhões a serem repassados pela Caixa Econômica Federal.

Tratar-se, porém, de recursos vinculados a Projetos Específicos (alfabetização e Educação Física e Desportos) impossibilitando a sua aplicação a outros projetos considerados de alta prioridade.

INTEGRAÇÃO ESCOLA/EMPRESA/GOVÊRNO

I - INTRODUÇÃO

O projeto Integração Escola/Empresa/Govêrno visa ajustar o Ensino Superior e Médio às necessidades do mercado de trabalho, motivando as empresas a participarem mais diretamente do processo educacional, como também oferecendo amplas condições de participação efetiva da Escola na problemática empresarial.

Trata-se de uma tentativa concreta para a solução do grande problema que aflige o ensino profissional brasileiro, que é o da dissociação da escola com a empresa, no que tange a demanda ocupacional nos seus aspectos qualitativos e quantitativos.

A atual filosofia técnica tem por princípio o entrosamento ESCOLA/EMPRESA.

II - OBJETIVOS FÍSICOS E FINANCEIROS

"As Metas e Bases para a Ação do Governo" não definem objetivos físicos nem financeiros a serem atingidos por esse projeto no ano de 1971.

Todavia, o Departamento de Ensino Médio estabeleceu as seguintes Metas:

- implantação nas estruturas administrativas das Escolas Técnicas do Serviço de Integração Escola/Empresa (SIE-E) com vistas a desenvolver ação permanente de intercâmbio, comunicações, prestação de serviços recíprocos e demais atividades a maior

aproximação entre a ESCOLA e a EMPRÊSA;

- promover a realização de cursos, demonstrações práticas de acordo com as necessidades locais ou regionais;
- desenvolver com vistas à execução pela escola, os serviços e pesquisas contratados por empresas;
- organizar "CATÁLOGOS DE OFERTAS" de aconselhamento metodológico e tecnológico;
- programar visitas sob a forma de micro-estágios ou de simples observação:
- manter serviço de informações sobre cursos, bolsas de estudo, oportunidades de emprego, especialização e estágios a ser utilizado tanto pelos estudantes, quanto pelo pessoal das empresas;
- possibilitar à escola conhecimento de problemas e necessidades das empresas;
- manter a comunidade sistematicamente informada sobre projetos, estudos e pesquisas em andamento ou já concluídas;
- promover estágios.

III - SITUAÇÃO ATUAL

A implantação dos Serviços de Integração Empresa-Escola, está a cargo do Centro de Integração Escola Empresa de São Paulo, objetivando a descentralização da execução do projeto.

O projeto em sua fase inicial atingiu 6 (seis) Escolas Técnicas da Rede Federal:

- Escola Técnica Federal de São Paulo
- Escola Técnica Federal "Celso S. da Fonseca"
- Escola Técnica Federal do Paraná

- Escola Técnica Federal da Bahia
- Escola Técnica Federal de Pernambuco
- Escola Técnica Federal do Ceará.

A área geográfica de influência deste projeto deverá ser todo o Território Nacional.

Em nível de ensino superior podemos resumir a atividade do Departamento de Assuntos Universitários neste projeto pelo quadro anexo.,

IV - RECURSOS FINANCEIROS

Em 1971 o Departamento de Ensino Médio aplicou neste projeto Cr\$ 610.000,00

TELEVISÃO E RADIO EDUCATIVOS

I - INTRODUÇÃO

O Programa Estratégico de Desenvolvimento, com base em diagnósticos realizados, concluiu que a universalização de novos métodos pedagógicos nas escolas brasileiras deveria constituir ponto importante da reformulação do ensino, devido a utilização do rádio, da televisão, do cinema e das modernas técnicas de comunicação serem elemento integrante do sistema educacional.

Tendo em vista que o atual sistema educacional brasileiro não apresenta condições para suprir, a curto prazo, as exigências sempre crescentes do desenvolvimento econômico, social e cultural do país, e que o elevado índice de analfabetismo constitui limitação do potencial de aproveitamento da mão-de-obra e à democratização de oportunidades, o emprego dessas tecnologias se impõe como solução estratégica de grandes possibilidades.

II - SITUAÇÃO ATUAL

A utilização da televisão e do rádio educativos, a nível do Ministério da Educação e Cultura, é exercida pela Fundação Centro Brasileiro de TV Educativa e pelo Serviço de Radiodifusão Educativa.

FUNDAÇÃO CENTRO BRASILEIRO DE TV. EDUCATIVA

A FCBTVE atua nas seguintes áreas:

- execução da Portaria 408/70;

- construção do telecentro;
- formação e aperfeiçoamento de pessoal.

Para a execução da Portaria 408/70, que obriga a rede de televisão a transmitir de segunda a sexta-feira 30 minutos diários e aos sábados e domingos 75 minutos, a FCBTXE produziu em 1971:

- Cursos de Portugues (Revisão)	100	programas
- Cursos de Ciências(nível médio)... 100		programas
- Curso de Portugues (caderno MEC).. 50		programas
- Curso de Conhecimentos Gerais (con cursos).....	50	programas
- Programa Comunicação	46	programas
- Flashes de Pedagogia Social	404	programas
- Curso de Pintura Moderna	20	aulas
(Prof. Carlos Cavalcanti)		
- Entrevistas Educativas	43	programas
- Filmes educativos (adaptação).	46	programas
- Curso de Conhecimentos Gerais (2ª. parte).....	25	produções
- Curso de Portugues(Caderno MEC-2ª. parte).....	25	produções
- Outros ,	8	programas

TOTAL 917 programas

Quanto à construção do telecentro, foi adquirido imóvel situado na Av. Gomes Freire 474 (antigo Teatro Novo Rio) pelo valor de Cr\$1.300.000,00, onde serão montados 3 estúdios completos de televisão, áreas técnicas de operação, centros de treinamento e formação de pessoal, áreas administrativas, teatro, auditório e exposição.

Para as obras da construção do complexo arquitetônico foi realizada licitação entre as firmas construtoras do Rio

de Janeiro, vencendo a Companhia Construtora Pederneiras, com a qual firmou esta Fundação contrato de empreitada no valor de Cr\$ 5.372.826,56, compreendendo as obras totais de construção e tratamentos técnicos exigidos ao funcionamento do equipamento eletrônico a ser instalado.

As obras iniciadas a 1.8.71 foram executadas rigorosamente dentro do cronograma aprovado pelo respectivo contrato, cujos prazos constituíam cláusulas do Convênio firmado com o Governo Alemão e estavam previstos para doação de equipamento de gravação e reprodução audio-visual no valor aproximado de US\$ 2.500.000.

Até o encerramento do ano de 1971, era o seguinte o estado atual das obras:

- fundações concluídas;
- estrutura do concreto armado - 85% concluída
- alvenaria - 90% concluída;
- instalações elétrica e hidráulica - 70% concluídas
- revestimentos - 50% concluídos
- montagem do teto de iluminação - 80% concluída

Em relação a formação e aperfeiçoamento de pessoal, a FCBTVE patrocinou os seguintes cursos no ano de 1971:

- Cursos de Produção de TVE (convênio com a Universidade Federal de Pernambuco);
- Curso básico de introdução à Produção de TVE (convênio com o INEP) e com a Secretaria de Educação do Estado do Paraná;
- Curso de Produção em Teleeducação (convênio INEP e FKA);
- Curso de Produção de TVE (convênio com a CNAE e Center for Educational Development Overseas- CEDO de Londres;

- II Curso Nacional de Telepromotores (FCBTVE e Instituto de Radiodifusão da Bahia (INDEP) INEP, FKA e Instituto de Solidariedade Internacional (ISI)- Salvador, Bahia;
- Curso de Treinamento de Pessoal Especializado para TV Educativa. Participantes 36 professores;
- Curso de Idioma alemão - (Centro de Estudos de Pessoal do Exército (CEP));
- Curso de Reciclagem para Produção de TVE.

SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO EDUCATIVA

Está sob a responsabilidade do S.E.R.E. a execução de dois importantes projetos:

- Projeto Minerva;
- Projeto Mercúrio.

O Projeto Minerva tem como finalidade atender a portaria 408/70 no que toca à radiodifusão e objetiva a:

- produção de programas e cursos de natureza educativa e cultural, para Veiculação pelo rádio;
- formação da cadeia nacional de rádio emissoras sob o comando da Rádio MEC, para Veiculação dos programas e cursos, produzidos para cada região;
- complementação do trabalho de sistemas educacionais mais regulares, a colocação supletiva do adolescente e adultos, ou a educação continuada em qualquer nível de escolaridade.

O Projeto Minerva havia completado, em dezembro de 1971, vários de seus cursos os quais foram atendidos por 96.939 alunos em 1.948 radiopostos. O quadro que vem a seguir mostra a distribuição dos alunos pelos Estados.

DISTRIBUIÇÃO DOS CURSOS E NÚMERO DE ALUNOS

E S T A D O	C U R S O S	Nº de alunos	Nº de radio- postos
Alagoas	Madureza Ginásial	524	13
Espírito Santo	Madureza	1.033	-
Guanabara	Moral e Civismo	70.000	1.352
Maranhão	Madureza	1.000	36
Minas Gerais	Madureza	4.010	111
Paraná	Madureza	2.130	-
Piauí	Madureza	1.779	36
Rio Grande Sul	Capacitação	1.580	297
Rio Grande Sul	Madureza	8.440	-
Rio Grande Sul	Outros	3.653	-
Santa Catarina	Madureza	680	36
São Paulo	Madureza	1.070	28
Sergipe	Madureza	1.040	39
T O T A L	-	96.939	1.948

Fonte: S.E.R.E.

Além dos cursos concluídos em dezembro de 1971, o S.E.R.E promove um curso de capacitação que está sendo recebido por 19.540 alunos espalhados por todo o Brasil como demonstra o quadro abaixo.

DISTRIBUIÇÃO DOS CURSOS EM ANDAMENTO E NÚMERO DE ALUNOS

ESTADOS	CURSOS	Nº de alunos	N2 de Radiopostos
Alagoas	Capacitação	4.000	100
Bahia	Capacitação	696	19
Ceará	Capacitação	434	34
Distrito Federal	Capacitação	50	-
Goiás	Capacitação	1.300	66
Guanabara	Capacitação	1.120.	12
Minas Gerais	Capacitação	1.000	-
Pará	Primário Dinâmico	8.519	309
Paraíba	Capacitação	1.800	50
Pernambuco	Capacitação	571	38
Rio de Janeiro	Capacitação	50	1
T O T A L		19.540	629

Fonte: S.E.R.E.

Em relação ao Projeto Mercúrio, pode-se citar alguns de seus principais programas:

- A Grande Noite
- Concertos para a Juventude
- História da Música Popular Brasileira
- Grandes Nomes da Música Popular Brasileira
- Brazil Export

DINAMIZAÇÃO DO PROGRAMA DE ESCOLAS-FAZENDAS

I - INTRODUÇÃO

O Brasil, sempre, baseou sua economia na agricultura, mas é notório o descompasso entre seu desenvolvimento e o da indústria. A situação se agrava ao refletirmos que o aumento da produção agrícola é inferior ao índice de crescimento da população.

Em volume de produção, a situação de nossa agricultura é aparentemente boa. Se considerarmos os rendimentos por unidade de área, entretanto, verifica-se estarem os mesmos em níveis inferiores à média mundial. Um dos motivos disso é que grande parte do aumento de nossa produção agrícola depende mais do cultivo de novas terras do que do uso intensivo e racional de terras já ocupadas.

Urge promover o aumento da produtividade agrícola e guindar o rurículo para níveis mais elevados de renda e consumo.

Cabe à educação agrícola importante responsabilidade no desenvolvimento do meio rural.

Cada dia surgem novas técnicas, novos métodos, e o aluno deve estar preparado para acompanhar essas trocas rápidas, se pretende ter sucesso em seus empreendimentos futuros. Para isso, deve aprender desde cedo a fazer agricultura corretamente. E fazer agricultura corretamente não é só aprender a cultivar suas lavouras, mas aprender, antes de tudo, a comercializar, industrializar, administrar, contabilizar.

O problema rural, pois, é fundamentalmente um problema educacional. A educação é a solução para ajudar os agricultores a aprenderem a identificar as causas de seu atraso ,

capacitando-os, ao mesmo tempo, a solucionarem os respectivos problemas envolvidos.

Escola-Fazenda é um processo de ensino que se fundamenta principalmente no desenvolvimento das habilidades, destrezas, e experiências indispensáveis à fixação dos conhecimentos recebidos nas aulas teóricas. É uma escola dinâmica, educando integralmente, pois familiariza o aluno com atividades semelhantes às que terá de enfrentar na vida real, em sua vivência com os problemas da agropecuária, conscientizando-o ainda de suas responsabilidades e possibilidades.

II - OBJETIVOS FÍSICOS E FINANCEIROS

As "Metas e Bases para Ação de Governo" não definem objetivos físicos nem financeiros a serem atingidos por esse projeto no ano de 1971.

III - SITUAÇÃO ATUAL

O sistema Escola-Fazenda consta atualmente de quatro áreas distintas, a saber:

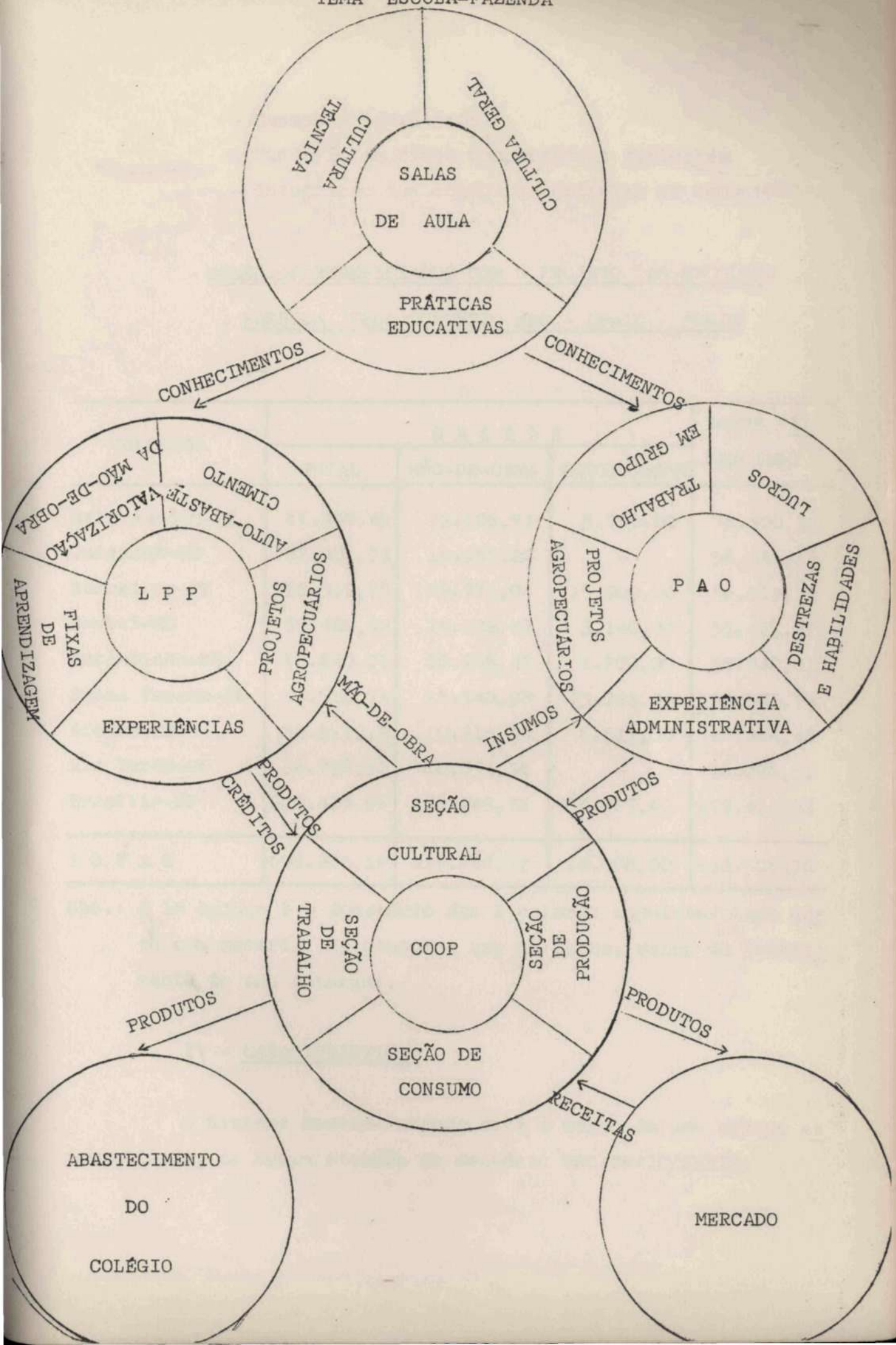
- Salas de aula
- Laboratórios de Prática de Produção (LPP)
- Programa Agrícola Orientado (PAO)
- Cooperativa Escolar Agrícola

Estas áreas se interrelacionam conforme o diagrama anexo.

Para a implantação deste sistema foi realizado, no ano de 1971, trabalho nas seguintes áreas:

- Implantação do Sistema em cinco Colégios Agrícolas
- Assistência técnica e financeira a nove Colégios Agrícolas

TEMA ESCOLA-FAZENDA



- Cursos e Seminários
- Fundação de cinco cooperativas agrícolas
- Integração dos colégios agrícolas na comunidade.

COLÉGIOS BENEFICIADOS COM O PROJETO DAS ESCOLAS-
FAZENDA PELO CONVÊNIO MEC - USAID - SUBIM

COLÉGIOS	G A S T O S			VALOR FI- NANCIADO
	TOTAL	MÃO-DE-OBRA	EQUIPAMENTO	
Belo Jardim-PE	81.490,49	13.126,97	5.790,00	76.320,32
Quissamã-SE	87.001,73	15.955,22	-	58.041,18
Barreiros-PE	56.519,75	22.771,04	15.000,00	56.519,72
Bambuí-MG	55.422,82	14.072,47	3.140,40	55.422,82
Muzambinho-MG	50.240,01	20.705,47	1.700,00	50.240,01
Santa Teresa-ES	53.506,74	15.540,98	13.793,00	53.506,74
Alegre-ES	54.911,13	10.716,44	6.515,00	28.264,48
Rio Verde-GO	36.778,51	16.054,38	-	36.778,51
Brasília-DF	223.414,98	58.243,76	34.067,60	223.414,98
T O T A L	699.286,16	215.186,73	80.006,00	638.508,76

Obs.: A 1ª coluna é o somatório das 2 colunas seguintes mais gasto com material de consumo, uso da terra, valor de investimento do ano anterior.

IV - CARACTERÍSTICAS

O Sistema Escola-Fazenda está a cargo de uma equipe especializada, da Administração do Convênio MEC/USAID/SUBIM.

INTEGRAÇÃO DAS UNIVERSIDADES NAS COMUNIDADES

I - INTRODUÇÃO

O homem (fator prioritário no desenvolvimento) e a reformulação que no momento atinge o comportamento sócio-econômico do Brasil, obrigam a Universidade a se ajustar, refletindo em seu trabalho as exigências comunitárias. As Universidades têm que focar o homem em função da sociedade, integrando-o no complexo sócio-econômico do País, de modo que ao sair da escola esteja absolutamente apto para cumprir sua função social em qualquer região econômica brasileira.

Esse projeto, objetiva resultados práticos mais imediatos capazes de consolidar, especialmente, a formação profissional e a ética social da juventude universitária, fazendo-a participar ativamente no desenvolvimento do País.

II - OBJETIVOS FÍSICOS E FINANCEIROS

O documento "As Metas e Bases para a Ação de Governo" não estipula quantitativos financeiros para o projeto, e quanto a meta física foi estipulado: "a implantação dos Centros Rurais das Universidades e "Campus" Avançados no Amazonas (Eirunepé, Hamaitá, Uaupés, Tabatinga), Pará (Ólidos), Acre (Cruzeiro do Sul, Rio Branco) e Goiás (Aragarças).

Só na Amazônia Legal, já em pleno funcionamento há 10 campus destacando-se ainda pelo bom desempenho que vem tendo os de: Pôrto Velho, Parintins, Tefé, Boa Vista, Santarém, Marabá e Altamira.

III - SITUAÇÃO ATUAL

O Departamento de Assuntos Universitários vinculou ao projeto a seguinte verba:

Administração do CINCRUTAC Cr\$ 50.000,00

Universidade que mantém CRUTAC Cr\$ 450.000,00

O CINCRUTAC fez entre as Universidades que tem ...
CRUTAC a seguinte distribuição de recursos:

U.F.R. Maranhão Cr\$ 70.000,00

U.F.R. Ceará Cr\$ 40.000,00

U.F.R, Rio Grande do Norte Cr\$ 120.000,00

U.F.R. Paraíba Cr\$ 40.000,00

U.F.R. Pernambuco Cr\$ 100.000,00

U.F.R. Alagoas Cr\$ 40.000,00

U.F.R. Sergipe Cr\$ 40.000,00

TOTAL Cr\$ 450.000,00

O Projeto tem tido ampla atuação cumprindo com seu objetivo graças a enérgica atuação dos CRUTAC como, por exemplo, o do Maranhão que realizou no ano de 1971, importantes ações :

1. Planejamento para:

- implantação e atuação do CRUTAC-MA
- cursos, seminários, cursilhos, projetos em economia agrícola, etc.

2. Atividades de pesquisa:

- levantamento das condições ambientais da Micro-Região - Estudantes de Enfermagem, de Serviço Social, Engenharia, Economia, Odontologia, Farmácia.
- estruturação da rede de registros e encaminhamento dos dados bioestatísticos - Enfermagem, Medicina e Farmácia; Direito;
- estudo sobre Cultura e Literatura Maranhenses a nível da Região-Programa - Instituto de Le

tras e Artes;

- levantamento da linha de medicamentos comercializados na região - Farmácia;
- pesquisa sobre Horizonte Vocabular da Comunidade de Pedreiras - Instituto de Letras e Artes;
- pesquisa sobre princípios ativos usados pela comunidade como medicamentos - Farmácia;
- pesquisa sobre evasão e repetência no meio rural de Pedreiras - Educação;
- estudo das importações e exportações do arroz em Pedreiras no ano de 1970 - Economia;
- organização das estatísticas básicas dos Municípios da área de atuação do CRUTAC - Economia;
- estudo sobre Comercialização da Banana-Economia;
- pesquisa sobre incidência de cárie em gestantes nos grupos etários de 20 a 30 anos - Odontologia e Enfermagem;
- pesquisa das doenças periodontais em escolares de 6 a 14 anos - Odontologia;
- pesquisa sobre doenças da cavidade oral - Odontologia, Medicina;
- pesquisa do índice de criminalidade e suas causas na Região-Programada-Direito e Serviço Social;
- pesquisa da incidência de infecção puerperal na Região-Programada-Enfermagem, Medicina;
- pesquisa da incidência de distrofia pluri-caren-ciai nas crianças de 0 a 4 anos e do alimento-base dessas crianças - Enfermagem, Medicina;
- pesquisa dos Tabus da alimentação, da gravidez, do parto, puerperio e da vida Social - enfermagem, Medicina, Serviço Social - Letras e Artes.

Além de outras pesquisas, estudos e levantamentos

de menos influência na região, promoveu cursos, cursilhos e seminários de higiene, saúde, orientação didática, topografia e outros. Todos de grande utilidade, como o curso de Higiene, para trabalhadores rurais, que teve reais influências.

IV - CARACTERÍSTICAS

O CINCRUTAC foi criado pelo Decreto-Lei nº 916 de 7.10.69 com o objetivo de incentivar a criação de CRUTAC nas Universidades.

É um órgão coordenador e executor, age em âmbito nacional enquanto os CRUTAC executam o projeto em nível regional, ou na área de influência da Universidade.

INCENTIVO A IMPLANTAÇÃO E DESENVOLVIMENTO DAS
CARREIRAS DE CURTA DURAÇÃO

I - INTRODUÇÃO

Sendo o Brasil um país em expansão econômica, existem, ainda, várias áreas de formação profissional que se encontram insuficientemente atendidas. Baseados na mais elementar análise de nosso mercado de trabalho, vemos que os chamados profissionais de carreiras longas, muitas vezes, são sub-utilizados e, por outro lado, há profissionais, interessados principalmente em atividades ligadas às ciências básicas que são obrigados a completar todo um curso de longa duração para o qual não estão motivados, estudando matérias que jamais irão aplicar. Esse projeto visa corrigir tal situação criando cursos profissionais a serem ministrados em curto tempo; seriam licenciaturas curtas, bacharelado em ciências biológicas, modalidade biomédica, formação de notários bem como cursos nas áreas de turismo, mercado de capitais, pesca e outros de acordo com a absorção do mercado de trabalho,

II - OBJETIVOS FÍSICOS E FINANCEIROS

O documento as "Metas e Bases para Ação de Governo" não definiu objetivos, nem estipulou recursos a serem empregados no projeto no ano próximo passado, todavia pelo relatório do PRODEM, grupo de trabalho a cargo do qual está a execução do projeto de acordo com a portaria ministerial nº 346 BSB de 04.7.71, verifica-se:

Recursos do Tesouro Nacional	Cr\$	3.250.000,00
Recursos do BIRD	Cr\$	3.360.000,00
Total	Cr\$	22.066.000,00

* base para conversão: US\$ 1,0 = Cr\$ 5,60

Quanto aos objetivos que o PRODEM visa alcançar, destacam-se:

- construções, aparelhamento, ampliação de Colégios Agrícolas Federais;
- ampliação de dois Colégios Industriais;
- construção e aparelhamento de cinco novos Centros - Técnicos de Operação;
- levantamento do sistema de ensino e de treinamento em Pernambuco e Ceará;
- criação de um sistema de bolsas.

III - SITUAÇÃO ATUAL

Com o advento do regime de créditos, que permite grande flexibilidade curricular, torna-se realmente exequível a criação de cursos de curta duração.

Além da incrementação ao curso de engenharia de operação já existente há cinco anos, o CFE já aprovou a licenciatura de curta duração para o magistério do ensino médio, e o projeto vem atuando junto a algumas Universidades que, de modo próprio, institucionalizaram tais cursos, especificamente para formação de professores e pesquisadores de Ciências Básicas.

Está além disso dando andamento a um minucioso levantamento sobre os Colégios Agrícolas e escolas Técnicas Federais com o intuito de adequá-las aos requisitos exigidos pelo contrato com o BIRD.

IV - CARACTERÍSTICAS

Considera-se carreira de curta duração aquela cujo termo de integralização do tempo do curso não passaria de 3 anos, e os órgãos responsáveis pela implementação das carreiras de cur-

ta duração serão as Universidades, mediante aprovação do Conselho Federal de Educação ou Conselho Estadual competente.

Para coordenação e execução do Projeto, serão utilizadas as comissões de especialistas previstas no Decreto nº 63.338, de 01.10.68.

O Projeto está estruturado segundo a administração por objetivos e funciona em 2 níveis:

- profissional a cargo do Ensino Médio;
- Engenharia Operacional - superior de curta duração

O projeto é controlado por um gerente-geral com o cargo de diretor, que tem a função de coordenar as atividades das gerências setoriais, assessores e do pessoal em geral na forma das normas estabelecidas pelo grupo de trabalho PRODEM.

DESENVOLVIMENTO PA EDUCAÇÃO FÍSICA E DESPORTOS E RECREAÇÃO

I - INTRODUÇÃO

Embora não conste no documento "As Metas e Bases para Ação de Governo", no ano de 71, este projeto é prioritário e de grande importância para formação estrutural da criança, do adolescente e do jovem.

Mas ainda que se reconheça o valor educativo da atividade física há bastante tempo, o campo total de suas possibilidades nunca foi adequadamente explorado.

Antes de tudo, faz-se mister a integração da atividade física no processo total da formação da personalidade, mediante o estabelecimento de relações profundas entre as atividades desportivas, e os outros componentes da educação; é um problema que espera ainda sua verdadeira solução. Com demasiada frequência a atividade física, continua sendo, na escola, uma forma de recreação, uma atividade de compensação ou uma válvula de escape. A atividade física não cumpre plenamente sua função educativa senão quando as mesmas disposições e atitudes morais, da personalidade do estudante, são desenvolvidos consciente e sistematicamente, tanto nos exercícios físicos como nos intelectuais ou práticos.

Visando obter da prática da Educação Física todos os benefícios que ela pode dar ao estudante, é que o DED (Departamento de Educação Física e Desportos) dá andamento a este projeto.

II - METAS FÍSICAS E FINANCEIRAS

- planejar, coordenar e supervisionar o desenvolvi-

mento da Educação Física, dos Desportos Estudantis e da Recreação no País;

- implantação gradual da integração escola-clubes;
- implantação dos primeiros centros regionais de pós-graduação que devem coincidir com a disponibilidade de pessoal graduado no exterior;
- elevação, no País, do nível da Educação Física Integral ;
- elevação, no País, do nível dos Desportos, em todas as suas áreas;
- elevação, no País, do nível da Recreação Ativa e Passiva.

Quanto aos recursos financeiros, serão supridos pela Loteria Esportiva sendo que deverão atingir a Cr\$ 89.490.000,00 no período 72/74 segundo o Plano Setorial do MEC.

III - SITUAÇÃO ATUAL

RELAÇÕES DOCENTES/ALUNOS MATRICULADOS ENS.MÉDIO/70

REGIÃO	Nº Alunos matriculado	Nº DE DOCENTES			RELAÇÕES	
		Espec.	Leigos	Total	Docente espec.al.	Docente Tot.alu.
Norte	217.732	331	267	598	1/657	1/364
Nordeste	639.468	493	701	1194	1/1.197	1/535
Sudeste	2.774.899	4131	1470	5601	1/671	1/477
Sul	740.715	1217	1486	2703	1/608	1/274
Centro-Oeste	191.237	187	469	656	1/1.002	1/291
Brasil	4.197.891	6359	4393	10752	1/660	1/390

RELAÇÕES INSTALAÇÕES BÁSICAS/ALUNOS ENSINO MÉDIO/70

R E G I ã O	Nº Instalações básicas	Nº de alunos matriculados	relação instalação básica/al.
Norte	37	217.732	1/2.503
Nordeste	397	639.468	1/1.610
Sudeste	1.960	2."74.899	1/1.415
Sul	1.780	740.715	1/416
Centro-Oeste	210	191.237	1/910
Brasil	4.024	4.197.891	1/1.043

No intuito de melhorar a situação que os quadros espelham é que o Departamento de Educação Física e o Conselho Nacional de Desportos promoveram no ano de 1971:

- aperfeiçoamento dos quadros de docentes e pesquisa nas Universidades Federais e Estaduais, Escolas de Educação Física Federais, do Exército e outras;
- jogos estudantis brasileiros;
- jogo universitário;
- realizações esportivas;
- curso de atualização de professores em Manaus;
- estágio internacional ACISM-CDFA-DED;
- participação no Comitê Olímpico Brasileiro;
- atendimento a 11 confederações;
- programas de Treinamento para Competições Nacionais e Internacionais;
- atendimento à Universidade Federal do Rio de Janeiro;
- novo sistema de iluminação do Estádio Jornalista Mario Filho;
- instalações desportivas do Clube Militar;
- atuação junto à Academia da Força Aérea;
- atuação junto à Escola Naval;

- auxílio para conclusão das obras da Federação Pernambucana de Futebol do clube Militar GB e da cidade Universitária da Ilha do Fundão GB, gastando nesta durante o ano Cr\$ 64,5 milhões aproximadamente.

IV - CARACTERÍSTICAS

O programa de Desenvolvimento da Educação Física, Desportos e Recreação (PRODED) a ser realizado pelo Departamento de Educação Física e Desportos (DED) com apoio do Conselho Nacional de Desportos e os fundos provenientes da Loteria Esportiva, é proposto de forma a concentrar meios sobre as causas básicas de uma problemática mais ampla, que deverá ser atacada, na conformidade da Política Nacional de Educação Física e Desportos e se caracteriza pela assistência supletiva, técnica e financeira, às instituições públicas, federais e estaduais, bem como à entidade de caráter privado, dirigentes das atividades desportivas amadoras e profissionais, visando um desenvolvimento equilibrado do sistema.

O projeto foi subdividido em subprojetos que abrangem como se pode ver no quadro anexo do ensino fundamental ao superior,

PLANO DE EDUCAÇÃO FÍSICA E DESPORTOS - PED

PROGRAMA	PROJETO	Nº	RESPONSABILIDADE		RECURSOS (*)		
			Coord.	Elaboração	1972	1973	1974
Programa de Desenvolvi- da Educação Física e Desportos	Integr. das Escolas de Educ. Fís. às Univ.	1	DED	Esc. de Educ. Fís. cu Univ.	11.870.000	11.430.000	12.130.000
	Integração das Escolas aos clubes	2	CND	Depart. Estad. de Educ. Fís.	14.000.000	14.744.000	15.600.000
	Pesquisas em Educação Física e Desportos	3	DED	Escolas de Educação Fís.	1.000.000	1.050.000	1.100.000
	Aperf. do magist. da Educação Fís. nos diversos níveis de ens. e dos téc. desportivos	4	DED	Depart. Estad. de Educação Física	1.600.000	1.680.000	1.760.000
	Implantação de centros Regionais de Pós-Grad.	5	DED	Universidades	800.000	840.000	886.000
	Centros de Educ. Física e Unid. Avulsas	6	DED	Depart. estad. de Educ. Fís.	6.000.000	6.380.000	6.860.000
	Centro Olímp. Desportivo (COD)	7	DED	DED	2.000.000	2.075.000	2.155.000
	Competições Desportivas Estudantis (Nac. e internacionais)	8	DED	CBDU Fed. Universitárias de Esportes	3.000.000	3.090.000	3.245.000
	Colonias de férias	9	DED	Entidades públicas e Priv.	300.000	315.000	330.000

(*) Recursos da Loteria Esportiva (Dec. 68.703-3Jun 71) - Calculado em cima da estimativa fornecida pela Secretaria Geral do MEC
 (***) A critério do CND

PLANO DE EDUCAÇÃO FÍSICA E DESPORTOS - PED

PROGRAMA	PROJETO	Nº	RESPONSABILIDADE		RECURSOS (*)		
			Coord.	Elaboração	1972	1973	1974
Assistência Técnica e Financeira	Melhoria do equipamento Desportivo Nacional	10	DED	Entidades Privadas	500.000	525.000	550.000
	Aquisição de material Desportivo (Nacional e Estrangeiro)	11	CND DED	COB Confeder. DED	700.000	735.000	770.000
	Melhoria da Representação Desp. Nacional	12	CND	COB Confeder.	(**)	(**)	(**)
	Assistência Técnica e Financeira a entidades Desportivas amadoras e Profissionais	13	CND	COB Confeder.	(**)	(**)	(**)
Educação Física (continuação)	Competições desportivas (nac. e Internac.)	14	CND	COB Confeder.	(**)	(**)	(**)
	Campanha Nacional de esclarecimento desportivo	15	DED	DED -Depart. Est. de Educação Física -Escolas Ed. Fís. -Entidades Privadas	2.029.000	2.130.000	2.236.000
	Preservação do Patrimônio Hist. Desportivo	16	DED	CND DED	1.000.000	1.050.000	1.100.000
Intercâmbio e Difusão Cultural Desportiva	Incentivo à difusão e à criação no âmbito de Assuntos Cult. Desportivos	17	DED	DED	1.500.000	1.583.000	1.718.000

(*) Recursos da Loteria Esportiva (Decr. 68.703-71 Jun-71)-Calculado em cima da estimativa fornecida pela Secretaria Geral do MEC. (**) A critério do MEC.

PROJETO NO ÂMBITO PA CULTURA

I - INTRODUÇÃO

Embora não incorporado ao elenco dos projetos relacionados no documento "Metas e Bases para Ação de Governo", é de relevante atuação e importância para a cultura brasileira o trabalho que vem sendo executado pelo Departamento de Assuntos Culturais (DAC).

A cultura não deve ser entendida como um gasto supérfluo, mas sim, como um investimento para que o Brasil seja uma nação integrada, capaz de gerar novas e eficazes estruturas.

O encontro de Brasília (1971) é importante marco para a defesa do patrimônio histórico e cultural do país. Em resultado, foram criados em alguns Estados a Secretaria de Patrimônio Histórico, firmaram-se convênios, para preservação sistemática, das obras de arte brasileiras, e toda uma gama de instrumentos para que a Cultura tenha igual trato que a Educação, conjugando assim os meios básicos para o agigantamento econômico do Brasil.

II - OBJETIVOS FÍSICOS E FINANCEIROS

O Departamento em sua atuação gastou aproximadamente, Cr\$ 53.653.280,15, no ano de 1971, para atingir as seguintes metas :

- beneficiar, conservar e restaurar os monumentos tombados de arquitetura civil, militar e religiosa;
- localizar, identificar, levantar, cadastrar, catalogar, preservar as jazidas arqueológicas no Amazonas, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco, Bahia, Es-

- pirito Santo, Pará, Rio de Janeiro, Guanabara, São Paulo, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul;
- catalogar sistematicamente e proteger bens e arquivos municipais e particulares, cujos acervos interessam à história nacional e à nossa arte;
 - zelar pela conservação dos conjuntos arquitetônicos das cidades de São Luiz e Alcântara (Maranhão), Cachoeira e Pelorinho (Bahia), Diamantina, Sêro, São João del Rei, Tiradentes, Mariana, Ouro Preto, Sabará (Minas Gerais), Parati (Rio de Janeiro), Pilar e Goiás (Goiás);
 - estimular e dinamizar as iniciativas culturais dos diferentes órgãos que integram o DAC;
 - criar um sistema próprio de concessão de bolsas de estudo e prêmios destinados a incentivar a criatividade artística.

III - SITUAÇÃO ATUAL

Verificamos que o DAC executou plenamente seus propósitos realizando em 1971:

- prosseguimento da construção de um edifício de 3 pavimentos, para instalação de reserva, caixa-forte, e setores: cultural, técnico, administrativo, de relações culturais, restauração e serviços auxiliares;
- realização de 9 conferências, 7 cursos, 5 concertos 5 palestras, 3 concursos, espetáculos teatrais, 8 exposições, 7 festivais e 12 Sessões diversas;
- obra de recuperação dos prédios do Museu Histórico Nacional;
- cópias, gravações em fita magnética, publicação das

músicas de Villa-Lobos;

- promoções artísticas Zeinbrinski;
- imunização do acervo da Biblioteca Nacional;
- restauração de monumentos tombados em todo o país;
- assinatura de convênio entre a Biblioteca Nacional e a Fundação Mudes;
- cumprimento de todos os objetivos para 71 por parte do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional no que se refere a atividade de conservação e restauração dos conjuntos arquitetônicos em Minas Gerais, São Paulo, Maranhão, Pernambuco, Bahia, Rio de Janeiro, Alagoas, Sergipe, Guanabara, Goiás, Paraná, Santa Catarina, Rio Grande do Sul, e Espírito Santo;
- proteção às jazidas arqueológicas e pré-história do Brasil;
- realização de estudos, levantamento e pesquisas destinadas ao tombamento sistemático dos bens de valor histórico e artístico em todo o Território Nacional;
- difusão das publicações sobre o Patrimônio Histórico Nacional;
- transmissão de música erudita, folclórica nacional e estrangeira;
- distribuição de filmes e diafilmes pela rede escolar;
- fiscalização de filmes pelo Instituto Nacional do Cinema;
- obras de construção da Cinemática Nacional de Brasília.

Livros Grátis

(<http://www.livrosgratis.com.br>)

Milhares de Livros para Download:

[Baixar livros de Administração](#)

[Baixar livros de Agronomia](#)

[Baixar livros de Arquitetura](#)

[Baixar livros de Artes](#)

[Baixar livros de Astronomia](#)

[Baixar livros de Biologia Geral](#)

[Baixar livros de Ciência da Computação](#)

[Baixar livros de Ciência da Informação](#)

[Baixar livros de Ciência Política](#)

[Baixar livros de Ciências da Saúde](#)

[Baixar livros de Comunicação](#)

[Baixar livros do Conselho Nacional de Educação - CNE](#)

[Baixar livros de Defesa civil](#)

[Baixar livros de Direito](#)

[Baixar livros de Direitos humanos](#)

[Baixar livros de Economia](#)

[Baixar livros de Economia Doméstica](#)

[Baixar livros de Educação](#)

[Baixar livros de Educação - Trânsito](#)

[Baixar livros de Educação Física](#)

[Baixar livros de Engenharia Aeroespacial](#)

[Baixar livros de Farmácia](#)

[Baixar livros de Filosofia](#)

[Baixar livros de Física](#)

[Baixar livros de Geociências](#)

[Baixar livros de Geografia](#)

[Baixar livros de História](#)

[Baixar livros de Línguas](#)

[Baixar livros de Literatura](#)
[Baixar livros de Literatura de Cordel](#)
[Baixar livros de Literatura Infantil](#)
[Baixar livros de Matemática](#)
[Baixar livros de Medicina](#)
[Baixar livros de Medicina Veterinária](#)
[Baixar livros de Meio Ambiente](#)
[Baixar livros de Meteorologia](#)
[Baixar Monografias e TCC](#)
[Baixar livros Multidisciplinar](#)
[Baixar livros de Música](#)
[Baixar livros de Psicologia](#)
[Baixar livros de Química](#)
[Baixar livros de Saúde Coletiva](#)
[Baixar livros de Serviço Social](#)
[Baixar livros de Sociologia](#)
[Baixar livros de Teologia](#)
[Baixar livros de Trabalho](#)
[Baixar livros de Turismo](#)